

CAMPUS

Universidade de Brasília
Departamento de Comunicação
Nº. 15 — Junho de 1975



Eleições

P. 13/14

Estágio

P. 4

Extensão

P. 15

Moradia

P. 15

Restau- rante

P. 16



**Bolívia: a
marcha para
os Andes**

P. 11

***Domingo
vazio do
Planalto***

P. 10

**Dicas do pós
e de bolsas
em serviços**

P. 8/9

***Brasília:
o inquilino
perigoso***

P. 11

Plano dá os rumos da (nova) TV

P. 12

**Luiz Gonzaga:
o forró está no fim!**

P. 7

Os 7 pecados da Capital

P. 3

CAMPUS

Jornal — Laboratório do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) junho de 1975.

PROFESSORES

Antonio Fausto Neto (Redação) e Newton Diniz de Andrade (Diagramação).

REDAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO

Antonio de Pádua, F. Gurgel, Aurélio Jacques Batista, Berilo Villaga Vargas, Carly Batista de Aguiar, Carmen Coutinho dos Santos, Celso de Amorim Brito, Dária Maria M. Gonçalves, Davi Emerich, Glória Maria Pinheiro, Ivan Sérgio de A. Santos, José Ribamar Oliveira Jr., Lúcia Farias Ferreira, Luiz Carlos Machado, Marcos Antônio Castro, Maria Luiza de F. Grangeiro, Norma Emídio Rosa, Orestino Gomes de Amorim, Paterson Pereira, Paulo José Araújo da Cunha, Renato Cruz Silva, Vanira da Silva, Vitória Adail Brito e Zuleika Maria Sousa Porto.

FOTOGRAFIA

Heitor de Andrade Silva, Marcus Ottoni e José Claro da Silva.

O conteúdo das matérias não reflete necessariamente a opinião do Departamento e dos professores responsáveis pelas disciplinas.

Jornal, ensino e experimento

Um jornal laboratório pressupõe experiência e abertura para tentar o imaginável. Mas é necessário ter-se consciência de todo o processo experimental para não cometer no dia a dia atos tresloucados e de difícil definição. Basicamente este foi o espírito que dominou a elaboração deste Campus, que será tão falho e tão maravilhoso quanto qualquer outro.

Um trabalho criativo, um modelo que se concebeu em sala de aula, de forma que se pudesse a cada instante conhecer seu caminho. E mais importante, uma experiência em que, conhecidos todos os passos, pudéssemos avaliar o trabalho realizado. Do entendimento correto do que seja experimento — um trabalho metódico e nem por isso limitado — nasceu este Campus.

De imediato tudo fizemos para deixar de lado a simulação. A disciplina "Técnica de Jornal e Periódico" pressupõe um trabalho menos teórico, menos idealista: um trabalho em que no dia a dia convivamos com limitações, com censura, com crises internas, com pontos de vista discordantes e com premência de tempo e sobretudo com dúvidas. Este é o contexto da ação de fazer imprensa. E não vemos razão por que não trazê-lo para a sala de aula.

O único limite que se impôs ao

Campus foi o do conhecimento humano. Era necessário para que a experiência não se perdesse. O objetivo maior: que possa servir de argamassa para um jornal futuro com periodicidade regular e identificado com os interesses e aspirações da Universidade e por conseguinte da própria cidade. Este projeto, realmente o único sonho de todo este trabalho. Não que tivéssemos tamanha pretensão, mas sim a consciência de que é pelo menos, necessário ter-se em mente este propósito pois as soluções de problemas universitários também nos pertencem. E a irregularidade de um jornal feito na Universidade é um problema, em primeira instância do Departamento de Comunicação, e por ato reflexo (ou falta de) problemas de toda universidade.

Este primeiro número terá muitos erros e decepções. Não vingarão seções em torno das quais havia muita expectativa. Outras, com menos promessas, surpreenderão. Mas, já podemos adiantar, pelo visto nestes dias de elaboração do jornal, conseguimos FAZER um jornal, no sentido mais lato da experiência. Desde a divisão do trabalho (como SÓE bem a todo experimento), à discussão dos temas e da forma de abordá-los, ao resultado final de sua operacionalização pudemos deprender muito da experiência

jornalística e ter a certeza de que, na vida profissional, já encontraremos menos mistérios que se procedêssemos de outra forma.

Não fazemos a apologia do tecnicismo, da forma do técnico em jornal, pois somos humanistas e pretendemos nos capacitar a sentir e refletir as ansiedades do meio em que vivemos (um jornal é a forma de toda uma comunidade falar ao mesmo tempo e ser ouvida?).

Somos sim favoráveis a fornecer ao (e descobrir com o) estudante de comunicação, no caso específico, todos os instrumentos necessários para participar e, se necessário, modificar o processo jornalístico atual. Por extensão, somos pela capacitação dos universitários a participar da sociedade e modificá-la, sem implicar necessariamente na tese de formação de técnicos de absorção imediata pelo mercado de trabalho.

Portanto, neste aspecto o CAMPUS é uma experiência limitada. Não se prende só ao jornalismo, mas transcende aos problemas da formação universitária.

Os verdadeiros resultados talvez não os tenhamos agora. Sabemos, é verdade, se os leitores gostaram ou não, o que erramos e o que acertamos. Mas o resultado maior da experiência, só quando identificarmos o trabalho de cada aluno, já profissional.

Dos alunos

(...) "Para citar apenas dois exemplos: quase não se consegue reunir os membros da editoria para coletar o material nas fontes; assim como foi difícil chegar a um acordo quanto à forma de interpretar e expor os dados obtidos. Nada mais nada menos, em outras palavras, que um desses terríveis "trabalhos em grupo" que a gente já fez tantas vezes ao cursar outras disciplinas. O que poderia ser rotulado de "jornalismo" neste trabalho seria apenas o fato de que ele seria publicado no jornal.

Dessa forma, aquilo que foi proposto para ser um teste sobre como fazer jornal tornou-se apenas mais uma experiência de "trabalho em equipe", com tudo que essa forma de estudo implica de negativo para a elaboração do texto jornalístico (...)" (Berilo).

oOo

(...) "O que se propunha era fazer um jornal que não refletisse só a vida dentro da Universidade de Brasília, mas a vida e os problemas do estudante numa comunidade — Brasília. Afinal, o aluno não restringe sua vida aos prédios e gramados daqui.

É diferente, e mais difícil, escrever para o CAMPUS. Por que não se obedecem ordens de um editor. Por que você é quem decide o que vai fazer, e como fazer. E decidir é sempre mais difícil do que seguir um caminho já traçado por outros. Enfim, o jornal está aí, refletindo apenas a (in) experiência de quem está aprendendo, bem ou mal, a fazer jornalismo". (Zuleika).

oOo

(...) "Quanto aos alunos que já possuem alguma experiência de trabalho em jornal, também considero válida a oportunidade dada pela disciplina TJP I. Os alunos trabalharam com pautas, sugeridas por eles, coisas que num jornal dificilmente se consegue ao iniciarmos a profissão. A linguagem utilizada no jornal universitário foi bem mais descontraída do que a utilização no campo profissional. A oportunidade de cada um imaginar a confecção de sua própria página, também foi válida. E se tudo o que foi dito, ainda parece pouco, resta dizer que pela primeira vez, "bricamos de dono de jornal" o que pode parecer gozação, mais não é (...)" (Maria Luiza).

oOo

"O recolhimento de matérias para o primeiro número de CAMPUS foi uma experiência nova para mim. Antes minha experiência resumia-se apenas em cumprir pautas previamente estabelecidas, sem a mínima interferência ou participação. No CAMPUS a tarefa de cumprir pauta ficou mais fácil devido a minha participação em algumas etapas do estabelecimento dela.

Encontrei muitas dificuldades, desanimei algumas vezes e sinto que poderia ter feito um trabalho bem melhor, em suma, meu trabalho foi mais de um "foco" indeciso do que de um repórter consciente (...)" (Aurélio — 73/06393).

oOo

"Na redação da matéria, a participação, que houve, na equipe em que trabalhei, foi individual. Não houve a cooperação de todos para a mesma matéria.

Com as dificuldades que vimos com a questão de entrosamento entre os membros da equipe, creio que, pelo menos para o primeiro trabalho, esta forma individual foi a mais acertada. Não é por todos serem colegas de curso que necessariamente se conheçam. Talvez no próximo número do jornal, onde já houve maior contato, o trabalho em equipe seja o ideal" (...)" (Dária).

oOo

"A disciplina TJP tem se mostrado agradável sob vários aspectos. Acredito que um de seus pontos fortes é a maneira de como é desenvolvida ou seja relação professor — alunos, trabalhando juntos na mesma proporção (...)"

Não aconteceu comigo esperar que o curso fosse me ensinar a escrever ou desenvolver o meu senso crítico. Talvez, me despertar para alguns pontos dentro do dimensionamento do jornalismo brasileiro. Talvez fosse importante que pensássemos mais neste ponto fugindo às teorias acadêmicas e firmando mais na nossa realidade político-social". (Lúcia).

oOo

"Abordando diferentes temas, referentes à UnB, às outras universidades e à cidade, de

uma maneira geral, nosso objetivo principal é enfocar o universitário. Os problemas que enfrenta, dentro e fora do ambiente das universidades são abordados sem tomada de posição.

Não foi intenção deste jornal agradar ou desagradar ninguém, apenas, mostrar a realidade a nossa realidade" (Carmem).

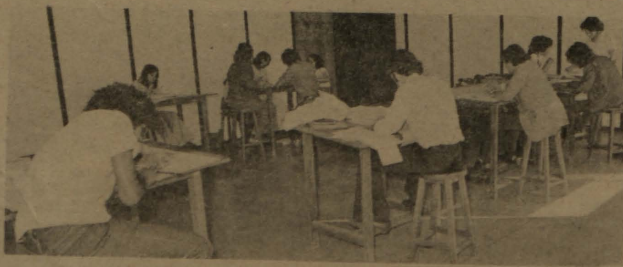
oOo

(...) "Coordenação equilibrada e democrática do professor responsável pelo processo de elaboração deste jornal, que em nenhum momento tentou impor seus pontos de vista aos alunos. Dividido em grupos distintos e responsáveis por um setor próprio do jornal, o pessoal desenvolveu as diversas fases de sua confecção. O que se observou foi, em primeiro lugar, que as equipes (formadas segundo a vontade de cada um em participar de um determinado setor) foram numericamente desproporcionais às tarefas respectivas. Assim, "editorias" com duas pessoas fizeram seis matérias, enquanto outras com cinco ficaram responsáveis por duas matérias. Esse dado dificultou uma participação efetiva de todos os alunos em todas as fases do processo de elaboração, dando possibilidade a que certas pessoas tivessem um papel mais destacado que outras" (...)" (Antonio de Pádua).

oOo

(...) "O conteúdo das matérias parece que está razoavelmente bom. Porém é preciso que nos próximos números (como o de julho), elas sejam discutidas com mais profundidade, e questionada a validade de cada uma no momento em que o jornal é elaborado.

Esse número do CAMPUS teve um grande atraso. Porém as reclamações, para justificá-lo, como a falta de tempo, as dificuldades para entrar em contato com as fontes e problemas de outras ordens, não é uma desculpa válida. O que aconteceu realmente foi falta de coordenação entre os membros de cada editoria, se transformando em deslealdade a atuação de vários alunos" (David/73 — 14710).



1 — Saneamento

Nem "uma capital intrépida que lembra ao mundo estarem os monumentos a serviço do espírito", como dizia André Malraux em 1959, ou mesmo "um quadro desorganizado que esconde a beleza das obras dos grandes mestres", Brasília é, na realidade, um pouco (ou muito?) de cada um. De um lado o Plano-Piloto, concebido por Lúcio Costa, do outro, sete cidades-satélites.

O Plano Piloto possui quase toda área servida de água tratada e esgotos, um nível de renda entre os mais altos do País, um carro para cada 4 pessoas, etc. Em matéria de saneamento, o único problema decorre do escoamento dos detritos. Todos os esgotos do Plano Piloto são lançados no Lago Paranoá depois de passarem por duas estações de tratamento. Os esgotos domésticos da Península Sul e Núcleo Bandeirante são lançados diretamente no Lago, sem tratamento, provocando a poluição de suas águas.

Esta poluição origina-se em cerca de 60% das próprias estações de tratamento, responsáveis pelo despejo de um milhão de litros de resíduos por dia. Embora os detritos sejam tratados e parte transformados em adubo, concorrem gradativamente para a deteriorização das substâncias vegetativas, as algas lacustres. De acordo com o secretário Especial do Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto, apenas parte delas sobrevive à luz do sol, a maioria, no entanto, morre formando um lodo altamente prejudicial às formas de vida aquática.

No ano passado, a CAESB importou peixes do Canadá que destróem as algas aquáticas, achando ser essa a solução mais viável para o controle da poluição a curto prazo, os resultados não tem demonstrado isso.

A situação nas cidades-satélites também não é das melhores, possuindo 75% da população total, contam só com 45% da rede de água potável e 36% da rede de esgoto do Distrito Federal. Ceilândia, por exemplo, 120 mil habitantes, não possui rede de água de esgoto, seus habitantes dispõem apenas de 12 adutoras para fornecimento de água, existindo inclusive um comércio de água altamente sofisticado.

Aurélio Jacques Batista

2 — Saúde

O Plano Hospitalar de Brasília prevê um hospital-de-base 1o. HDB, totalmente equipado para a realização de operações delicadas, como neurocirurgias e cardiocirurgias. Cada distrito habitacional de 50 mil habitantes teria um hospital próprio suficientemente equipado para o atendimento cotidiano e pequenas operações. O 1o. HDB somente seria procurado pela população das cidades-satélites nos casos mais graves. À medida que a cidade fosse crescendo, a rede hospitalar acompanharia esse crescimento e Brasília teria hoje cerca de 15 hospitais distritais.

Brasília tem seis hospitais (1o. HDB, HDL-2, HD-GAMA, Taguatinga, Brasília e Planaltina) todos pequenos e insuficientes para o atendimento de quem os procura. Além da população atual das cidades ser o dobro ou triplo da capacidade desses hospitais, a rede hospitalar do DF atende ainda as cidades vizinhas do interior baiano, mineiro, matogrossense e goiano, carentes de recursos médico-hospitalares. Nesse sentido, Brasília é uma verdadeira cidade-hospital.

A saúde brasileira reflete as contradições da sociedade brasileira. Ceilândia, com cerca de 120 mil habitantes, conta apenas com um precário Posto Médico, sua população utiliza o HD Taguatinga, que funciona somente com 40% de sua capacidade e atende ainda Brasília, onde existe um hospital equipado que não funciona. No Plano-Piloto, o maior hospital da cidade — o HFA, só atende membros das Forças Armadas, funcionários do Banco do Brasil e Presidência da República, entidades com as quais mantem convênios.

Luiz Carlos Machado

3 — Transportes

Brasília apresenta hoje um crescimento populacional que excede às perspectivas do seu planejamento urbanístico e de prestação de serviços. Um problema grave gerado por esta situação é sentido nos meios de transportes, longe de atender à necessidade básica do trabalhador, de conduzi-lo de casa para o trabalho e vice-versa.

Cerca de 60.707 pessoas se deslocam diariamente das cidades-satélites para o Plano Piloto, para o trabalho.

As grandes empresas de prestação de serviços foram centralizadas no Plano Piloto e assim as cidades-satélites ficam sem condições de absorver a mão-de-obra disponível.

Os coletivos não chegam para atender essa população. Os jornais locais publicaram, dias atrás, a situação da VIPLAN frente a uma dívida com a SHELL. Cogita-se em penhora de bens e quem paga é o usuário. Além do preço exorbitante, ele ainda tem que brigar por um lugar em pé. Na linha Sobradinho-PP, por exemplo, dos 25 ônibus, restam apenas 12.

A população do DF é constituída, em sua maioria, de funcionários públicos e trabalhadores não especializados, que dividem todo orçamento entre aluguel e alimentação. Torna-se impossível para esta gente o uso de táxi como meio de locomoção. A alta dos combustíveis impôs um preço muito alto para a bandeirada.

A problemática do sistema de transportes exige uma solução imediata. Que se faça uma análise das falhas, em favor dos 805 mil habitantes do DF.

Lúcia Farias Ferreira

4 — Abastecimento

Quando vim para Brasília, em 1968, não tinha realmente uma noção de estrutura física desta cidade. E muito menos da estrutura econômica.

Meses depois, pretendendo fazer uma viagem à minha cidade, São José do Rio Preto, procurei no comércio local alguma coisa que caracterizasse a capital do Brasil para apresentar amigos e parentes. Naturalmente não achei. Isto é, a única coisa que me pareceu típica de Brasília foram aqueles arranjos de flores secas, como todo o Planalto Central, que hoje são vendidas à frente da catedral.

Foi aí, então que eu tomei consciência de que, em Brasília, "Nada se produz, tudo se importa". Você compra cajú cristalizado no Ceará, vinho tinto no Rio Grande do Sul, etc. Tudo que você compra aqui em Brasília vem de outras partes, a não ser verduras e legumes, mas o resto tudo vem de fora, por isso paga-se muito caro. As vezes, não porque tivesse vindo de fora e o produto tivesse encarecido com o frete, mas porque já se criou o hábito de se vender tudo mais caro em Brasília, e o povo já se acostumou a comprar mais caro. O aluguel é o mais caro, a tarifa de ônibus, o táxi, o cinema, as empregadas, o ensino também custa mais caro. Tudo sobe de preço diariamente, o consumidor não tem a quem reclamar.

Analisando os fatos veremos que há razão para que isto aconteça. Se pensarmos direito, vamos ver que Brasília surgiu do mato ou melhor, do cerrado: os automóveis, alimentos, vestuário, material de construção, as pessoas que constituíram e moram em Brasília vêm de fora. Brasília foi criada no nada. Brasília é uma cidade importada.

Paterson Pereira

5 — Habitação

O Plano Inicial de Brasília só previa a criação de novas cidades depois de preenchidas todas as áreas residenciais do Plano Piloto. Para que o motorista não morasse ao lado do senador, haveria estratificação. As quadras de número 400 ficariam para a população de renda mais baixa, as de número 200 para a classe de renda média, 100 e 300 para as mais ricas. Outra solução seria a construção de um bloco popular em cada quadra do Plano Piloto. Idéias muito combatidas na época, nem os mais liberais concordavam com isso. O que restou das idéias foram os blocos das quadras 400, acanhados, feios, hoje ocupados pela população de renda mais baixa do Plano Piloto.

O fluxo de migrantes, criou, uma série de problemas sociais, impondo pesado ônus social ao desenvolvimento de Brasília. A população chegada, não encontrando habitações no Plano, foi sendo deslocada para aglomerados que mais tarde foram transformados em cidades-satélites, algumas delas com planejamento prévio, outras sem as mínimas condições de habitabilidade. Tudo isso numa época em que Brasília hospedava os melhores urbanistas e arquitetos do País.

A situação atual é triste. De todas as habitações do DF, 48% podem ser consideradas do tipo "favelas". Dados confirmados por pesquisas realizadas pela CODEPLAN.

No Plano Piloto, o problema habitacional mais sério é a especulação imobiliária iniciada depois que o Governo vendeu parte dos prédios de sua propriedade. Com esta venda ocorreu uma "mudança em massa" da população do Plano Piloto. Pessoas que tinham apartamentos luxuosos, comprados a preços insignificantes mudaram-se para apartamentos médios ou pequenos, alugando ou vendendo seus antigos apartamentos por preços exorbitantes, só possíveis graças à aceleração do processo de mudança da capital na época.

Nas cidades-satélites, a situação também, é crítica. Ceilândia, como exemplo mais significativo, apresenta um quadro alarmante. População: 120 mil habitantes, números de lotes residenciais: 17 mil, número de lotes que apresentam construções definitivas: 2 mil (dados do MINTER, referentes a agosto de 1974), área dotada de água potável ou esgotos: zero.

A maioria dos pedidos de casa própria jamais serão atendidos, existindo em média 5 pedidos para cada casa construída pela SHIS. Da última lista de pretendentes, 15 mil pessoas ficaram de fora. Segundo a CODEPLAN, com um crescimento em torno de 6% ao ano, Brasília terá em 1990 uma população de mais de 2 milhões de habitantes.

Aurélio Jacques Batista

6 — Educação

No princípio era o caos. Em barracões de madeira, professores improvisados improvisavam aulas para algumas dezenas de alunos, filhos de candangos, que enfrentavam a poeira e a lama da Cidade Livre, dentro e fora da escola. No Plano-Piloto os filhos dos funcionários transferidos enfrentavam situação igual. Ou quase: os barracões de madeira eram substituídos por prédios em construção e, entre tijolos e cimento, assistiam as mesmas improvisadas aulas.

Hoje, quinze anos passados, a situação — como era de se esperar — está modificada. Mas, não muito: ainda persistem na mesma Cidade-Livre (agora Núcleo Bandeirante) os mesmos barracões de madeira, desafiando a boa vontade dos responsáveis pela sua eventual demolição, e vencendo-a fácil. A improvisação e a repetição ainda resistem às modernas técnicas didáticas, e vencem-na mais facilmente ainda.

De quem é a culpa? Deve-se culpar alguém? A Secretaria de Educação, por ser o órgão diretamente responsável pelo problema, por certo teria a maior parcela de culpa. Não basta, no entanto, apontar tal ou qual órgão e esperar a solução. Pela "enésima" vez tenta-se aproximar a comunidade da escola, com o objetivo de conscientizar os alunos e pais de alunos de que o ensino é bilateral, isto é, que as mesmas parcelas de contribuição devem partir de um lado e de outro. No fim, porém, o que sempre sobrou destas tentativas foi a frustrada sensação de que tudo não passou de uma maneira de dividir a culpa pela péssima qualidade do ensino. E o resultado é que cada um dá o problema como insolúvel e vira-lhe as costas. Como consequência há a proliferação de cursinhos e de escolas particulares. Pior ainda são as perspectivas: de maneira como está aumentando o número destes estabelecimentos, tudo indica que a situação é irreversível; o aluno precisa entrar na universidade e esta não tem vagas para todos, sendo obrigada a selecionar. E nesta seleção entra, invariavelmente, o que teve melhor preparo e não necessariamente, o mais inteligente e capaz, mas aquele com situação financeira que lhe assegure — pelo menos — um ano em cursos particulares.

Orestino Amorim

7 — Segurança

Uma cidade, cujas pistas favorecem e até estimulam a alta velocidade, oferece segurança a seus habitantes? Quantos e quantos exemplos poderiam ser citados aqui para ilustrar que andando nas ruas de Brasília, você está se arriscando. Tanto faz andar de ônibus, de táxi, no seu automóvel ou mesmo a pé que, a qualquer momento, você poderá sofrer um acidente, quase sempre fatal. Imagine-se andando na W/3. As caçadas são largas, mas em algumas construções há aqueles tapumes e, para se desviar deles, você é obrigado a invadir a pista: isto é segurança? E mesmo nas calçadas normais, você poderá ser atropelado, pois, do jeito que está, dentro em pouco o trânsito de Brasília virará uma neurose coletiva.

Isto falando de segurança de sua vida. Mas imagine em outros setores. Você estuda? Você não pode confiar no ensino do Distrito Federal, o planejamento é feito em confortáveis gabinetes vão em um contato com a realidade.

Agora, pense se você ficar doente. Se você não tiver dinheiro para pagar um médico ou hospital particulares, você está frito, pois, além do mal atendimento, você nem tem certeza se os hospitais públicos estão aparelhados para atendê-lo — mas o INPS é descontado todos os meses de seu salário.

No setor de habitação, nada é diferente. Você só consegue comprar uma casa ou apartamento se for funcionário público, ou se tiver dinheiro. De qualquer maneira, você irá comprar o imóvel financiado em 20, 25, ou 30 anos. Já pensou você pagando prestações (com correção monetária) durante todo este tempo — que é quase uma vida? E, mesmo com o financiamento da Caixa Econômica ou do BNH, você terá de escolher um setor para comprar sua casa ou apartamento, de acordo com o que você ganha — e aí você vê que o sistema de Brasília criou certas castas, que não são muito diferentes daquelas existentes há mil anos na Índia.

Brasília é isso que você vê. A cidade que, por suas peculiaridades de ser a capital, é a mais bem guardada do Brasil. Mas nem por isso está livre de mendicância, da marginalidade, da exploração, dos desfalques, dos roubos e assaltos, dos acidentes de trânsito, do abuso do poder econômico, da ambição, que se somam a outros defeitos que são característicos da capital. Você se sente em segurança nesta cidade?

Paterson Pereira

OS 7 PECADOS DA CAPITAL

ESTÁGIO:

Um tema e muitas deformações

Carly Batista de Aguiar
José Ribamar Oliveira Jr.
David Emerich

Você definiria estágio?

Que tal se tentasse dizer o que significa, dentro da estrutura atual de ensino, aquele tempo que, a certa altura do curso,

você gasta numa empresa?

O que você vai fazer lá? Quantas horas vai ficar e com que objetivos? Vai contribuir para sua vida profissional?

O estágio lhe dá 15 créditos, eventualmente alguns cruzeiros e um papel no final da experiência, que você apresenta à Universidade como comprovante. Para a Universidade você cumpriu uma exigência: legal e teoricamente educacional. Para a empresa (que talvez tenha lucrado utilizando sua mão-de-obra de pouco custo) você está habilitado a exercer uma determinada profissão. Para você pode ter sido a oportunidade de conhecer o lado prático da profissão. Mas será que isso é sempre verdade?

A LEI

A legislação que institui e regulamenta o estágio supervisionado (Portaria Ministerial de 29 de setembro de 1967) foi elaborada em vista "da urgente necessidade de criar condições que possibilitem o entrosamento empresa-escola, visando à formação e ao aperfeiçoamento técnico-profissional". Entretanto, essa lei é inteiramente omissa no que respeita ao conteúdo do estágio. Ou seja, não especifica as atividades que o estagiário deve desempenhar na empresa.

Enfim, deixa a critério do empregador a determinação das funções que o estudante deve exercer, dando origem na prática a uma série de distorções. É uma lei que se preocupa apenas em institucionalizar o estágio (é taxativa quanto a aspectos jurídico-trabalhistas como número de horas que às atividades devem ocupar e outros pormenores, mas não procura definir o tipo de atividades que devem ser desenvolvidas pelo aluno, que tenha esta ou aquela função).

CONTEÚDO DO ESTÁGIO

Há outro aspecto importante: a própria lei não elege um órgão específico para coordenar o estágio. No Ministério da Educação não existe nenhuma assessoria que cuide do assunto, muito menos no Ministério do Trabalho. Por incrível que pareça, os responsáveis pela política educacional no País não exigem que as universidades mantenham órgãos voltados para o estabelecimento de diretrizes que orientem o exercício do estágio.

Teoricamente, a Universidade deveria cumprir um papel de agente, funcionando como ponte de ligação entre as empresas ou órgãos públicos que admitem estagiários e os estudantes interessados, através da celebração de convênios ou outros mecanismos existentes. Mas, na maioria das vezes, o estudante está entregue a sua própria sorte, tendo que conseguir o estágio por iniciativa e esforço pessoal.

Além disso, quem determina o tipo de atividade que o aluno vai exercer é a empresa ou órgão, jamais a Universidade. Como resultado disso, vemos que alunos de cursos de administração são utilizados como datilógrafos, alunos de jornalismo realizam tarefas de contínuos, recortando jornais previamente sublinhados, e muitas outras distorções que tornam o estágio inteiramente desvinculado de seus objetivos, que é possibilitar ao aluno a oportunidade de conhecer realmente o lado prático da profissão que escolheu, através da realização de tarefas orientadas por profissionais especializados.

DEFORMAÇÕES

Mauro Vieira de Queiroz, estudante de Jornalismo, viveu na carne uma experiência desse tipo. "Meu estágio — diz — só funciona mesmo no sentido de atender ao prazo que meu curso exige, (para o estágio) que é de 3 meses. Faço jornalismo e estou numa assessoria de Relações Públicas". As tarefas que ele desempenha são

invariavelmente as mesmas: recortar nos jornais e revistas as notícias referentes ao órgão público em que está estagiando.

O que mais lamenta é que estes órgãos que se propõem a oferecer estágio como forma de complementação profissional (e é nesse sentido que é oferecido nos anúncios dos quadros de avisos da Universidade), não oferecem, na realidade, as condições necessárias para que isso aconteça.

É interessante observar também que para a Lei só existe um tipo de estágio. O chamado estágio supervisionado que é exigido pelas Universidades aos alunos de alguns cursos de graduação (existem cursos onde o estágio é opcional, como o de Economia), que dá direito a um determinado número de créditos (dependendo do número total de créditos exigidos pelas diferentes habilitações) e sem o qual os alunos não se "formam".

Na prática, entretanto, há outros tipos de estágio. Há aqueles que o estudante (e muitas vezes o recém-formado também) é levado a fazer para garantir seu lugar no mercado de trabalho. Existem profissões que o exigem como condição indispensável para futura contratação, criando uma situação muito comum hoje em dia: o indivíduo começa a trabalhar em uma empresa, dentro da profissão que escolheu e não é considerado como profissional. Mas simplesmente alguém que, dependendo do seu desempenho em um determinado período de tempo, passa a ter vínculo empregatício com a empresa.

A PETROBRÁS, por exemplo, adota um esquema semelhante. Oferece estágio de aproximadamente dois meses para alunos de geologia e quando estes concluem o curso gozam de preferência na contratação.

AValiação

Outra contradição marcante, é quanto a avaliação do estágio. A Universidade não acompanha a sua realização e concede créditos mediante a avaliação apenas da empresa. Dessa maneira, o estágio se transforma numa prática puramente regimental, destituída de qualquer caráter de formação e dos objetivos ideais para que foi criado, a que o estudante tem que se submeter porque está previsto em lei. Esta inexistência de fiscalização junto às empresas pelos órgãos competentes talvez seja a responsável, em grande parte, pelas deformações que na prática atingem o estágio. Demonstra também uma real falta de interesse por parte da Universidade quanto ao cumprimento dos dispositivos legais.

Por outro lado, a maioria dos empregadores reclamam das deficiências profissionais apresentadas pelo estagiário, que é visto quase sempre como um aprendiz ou teórico desorientado quanto ao lado prático da profissão. Quando ingressa numa empresa, o estagiário quase sempre é recebido com certa ironia pelos companheiros e profissionais de larga experiência. Ele é a peça deslocada dentro da empresa, o "quebra-galhos", o indivíduo que está ali para aprender o que não fez durante vários anos na Universidade.

Talvez essa desqualificação profissional seja a responsável pelo atual estado de exploração do estagiário como mão-de-obra barata por parte de muitas empresas: quando existe remuneração, ela não ultrapassa dois salários mínimos. Por outro lado, o estagiário não tem nenhum vínculo empregatício, não podendo dispor de benefícios trabalhistas ou de qualquer segurança quanto a sua situação de emprego. Isto faz com que se acomode às disposições da empresa, não reclamando quanto às condições de trabalho desenvolvidas.

A UnB e o estágio

A Universidade de Brasília não possui um órgão centralizador que coordene e desenvolva uma política de estágios supervisionados para os alunos de seus diversos cursos. Segundo informou o Decano de Assuntos Comunitários, professor Raimundo Santana, a UnB não centraliza essa atividade na Reitoria ou em qualquer outro órgão, mas delega aos departamentos de ensino a responsabilidade de estabelecer e zelar pelo cumprimento suas próprias políticas de estágio.

Para o professor Santana, isto ocorre porque a Universidade não teria condições de orientar e coordenar esta atividade que é muito específica, atendendo as diversidades e necessidades de cada área. Cabe aos diversos departamentos a função de estabelecer os contatos com as empresas ou órgãos públicos, embora os convênios sejam celebrados diretamente com a Fundação Universidade de Brasília.

O Jornal "Campus" procurou ouvir alguns departamentos, através de um questionário de perguntas. Das respostas que recebemos pudemos sentir o quanto é controvertido o assunto "estágio" dentro da própria UnB. Basta dizer que cada Departamento parece ter uma visão diferente dos objetivos que devem nortear o estágio.

POLÊMICA

Na Engenharia Civil o estágio supervisionado é feito internamente, no próprio departamento. Este, por seu lado, não toma conhecimentos dos estágios feitos pelos alunos em firmas do Distrito Federal, uma vez que "nenhuma firma está autorizada a orientar os estudantes nestas atividades. O estágio em empresas não passa, aqui, do que os alunos usualmente chamam de "bico", um emprego momentâneo onde se pode obter algum dinheiro".

Os alunos do Instituto de Letras cursam obrigatoriamente duas disciplinas: Estágio Supervisionado I e II. A parte prática dessas disciplinas é realizada na rede oficial de ensino do Distrito Federal, sendo que os alunos não recebem qualquer tipo de remuneração. Os estágios pagos são conseguidos através do Departamento de Assuntos Comunitários, que encaminha os estudantes aos vários Ministérios, "onde realizam tarefas como tradutores, intérpretes e redatores", mas que não contam crédito para efeito de currículo de curso. Para o responsável pelo setor de estágio no Instituto de Letras "a experiência ainda está no início, sendo muito cedo para apontar deficiência ou vantagens do sistema de estágio".

O estágio para os alunos de Economia não é obrigatório. O estudante pode solicitar créditos optativos por estágio até um máximo de dezoto, que correspondem a dez por cento do número de créditos de que necessita para se formar. Os estagiários são contratados pelo setor público, especialmente pelos Ministérios ligados à área econômica, sendo que sua remuneração é cerca de dois salários mínimos. Sobre as deficiências e vantagens do estágio, o responsável pelo setor no Departamento é mais crítico e realista.

Segundo informou, "as tarefas não são as mesmas que se designam a profissionais formados. Contudo, dão uma indispensável experiência de trabalho que será posteriormente útil ao aluno. Em alguns casos

porém designam-se aos estudantes tarefas que não envolvem habilidades senão mecânicas ou um reduzido grau de criatividade. Em compensação certos órgãos dedicam grande atenção a seus estagiários, promovendo seminários que os põem a par do funcionamento e atribuições do órgão em questão, bem como complementam a formação acadêmica do aluno, especialmente no que toca à parte institucional da Economia".

SOLUÇÃO

Uma experiência isolada dentro da UnB é realizada no Departamento de geologia. Lá foi criada uma COMISSÃO DE ESTÁGIO, composta por alunos, funcionando em sistema de rodízio, "com a finalidade de colocar estagiários no mercado de trabalho". Segundo informaram alguns responsáveis pela experiência, "tentando evitar que fazer estágio se constitua privilégio de poucos, a Comissão estabelece uma série de critérios e normas a serem cumpridos pelos alunos interessados, e que atuam ao mesmo tempo como regulamento para seleção. Essas medidas são tomadas em decorrência do número de vagas nas firmas, sempre menor que o de candidatos". Os pré-requisitos curriculares são as disciplinas Geologia Estrutural e Estratigrafia. Outro critério classificatório é o comparecimento às reuniões da Comissão.

Mesmo assim ainda existem deficiências. Uma delas é a remuneração. Há o caso de firmas que dão ajuda de custo, resumindo-se esta em cama e comida, com despesas adicionais por conta do estagiário. Existem firmas, no entanto, que além dessa ajuda de custo pagam um salário mínimo da região. Outro problema é que os estágios são oferecidos apenas durante o período de férias, quando a maioria dos estudantes viaja.

Vale a pena observar também que a Universidade mantém um órgão vinculado ao Departamento de Assuntos Comunitários que atua através do sistema de bolsas de trabalho, o que muitas vezes é confundido com o estágio supervisionado. O sistema de bolsas de trabalho encaminha estudantes carentes de recursos financeiros a empresa ou órgãos públicos, em troca de remuneração que varia de acordo com as funções, mas que dificilmente ultrapassa dois salários mínimos. Este estágio não vale créditos para a Universidade e nem tampouco implica em vínculo empregatício com a empresa onde é prestado o serviço.

As conclusões que se pode tirar do panorama atual da política de estágio desenvolvida pelos Departamentos da UnB é que reina uma grande confusão com relação ao assunto, caracterizada pela falta de coordenação e fiscalização dessa atividade. Este estado de coisa contribui apenas para desorientar ainda mais o estudante, que na maioria das vezes é obrigado a procurar pessoalmente uma colocação no mercado de trabalho, sofrendo toda sorte de deformações que na prática atinge o sistema de estágio. Podemos acrescentar que atualmente o estágio não cumpre a sua função de complementação profissional, como foi estabelecido por lei, por falta de orientação direta aos estudantes que atuam dentro das empresas e pela inexistência de critérios que fixem o seu conteúdo.

A UNIVERSIDADE E O ESTUDANTE SEGUNDO OS POLÍTICOS

Dois perfis

Para se traçar o perfil de Ayrton Esteves Soares, deputado federal pelo MDB, e Dinarte Mariz, senador pela ARENA, é necessário recorrer às suas origens históricas. Soares, com 29 anos de idade, é um produto típico do movimento estudantil: foi vice-presidente do Grêmio Estudantil do Instituto de Educação dr. Alfredo Pujol, em Pirajul (SP) e diretor do departamento jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto, da USP. Mariz, por sua vez, com 72 anos, é originário de uma família de políticos do Rio Grande do Norte, representantes da aristocracia latifundiária.

Se por um lado, Dinarte Mariz atuou, nos próprios quadros políticos da Revolução, em comissões e órgãos distintos vinculados à ARENA, Ayrton Soares passou a exercer o papel de advogado criminalista, militante junto às Auditorias Militares e ao Supremo Tribunal Militar, em defesa dos acusados de crimes políticos.

Ayrton Soares vê a Revolução de 1964 como a substituição de um grupo econômico por outro, a nível de poder político. Para ele, esse poder se estruturou a partir de um modelo político autoritário, adequado a um modelo de desenvolvimento econômico associado-dependente, voltado basicamente para fora. Segundo ele, a Revolução criou instrumentos artificiais de manutenção da ordem, porém que em si não têm qualquer validade real, dada a sua inadequação frente a uma realidade essencialmente dinâmica e passível de alteração e que, portanto, o uso de artigos institucionais para cercear a população de seus canais de participação na vida tanto política quanto econômica brasileira, não se perpetuam por tempo indefinido. Ayrton Soares integra a Comissão de Educação da Câmara e exerce pela primeira vez um mandato parlamentar.

Dinarte Mariz, por sua vez, analisa a Revolução por um ângulo de crescimento econômico, proclamando-o como um efetivo modelo de desenvolvimento. Agindo no Congresso de maneira muitas vezes consideradas reacionárias, Mariz tem sido criticado por companheiros da própria legenda. Através de uma carta confidencial e particular (que por força das contingências, tornou-se pública), Dinarte Mariz pediu ao presidente Geisel, tão logo o novo Congresso começasse a atuar, a aplicação inapelável do AI-5 a vários elementos da oposição (MDB), taxados de usarem uma linguagem subversiva. Além desse pedido, Dinarte objetivou junto ao presidente transformar o Congresso numa Constituinte. Isto tudo, justamente no momento em que Geisel dizia pretender realizar um Governo constitucional e não lançar mão de atos institucionais. Veio e experimentado político, Mariz é atualmente o Primeiro-Secretário do Senado.

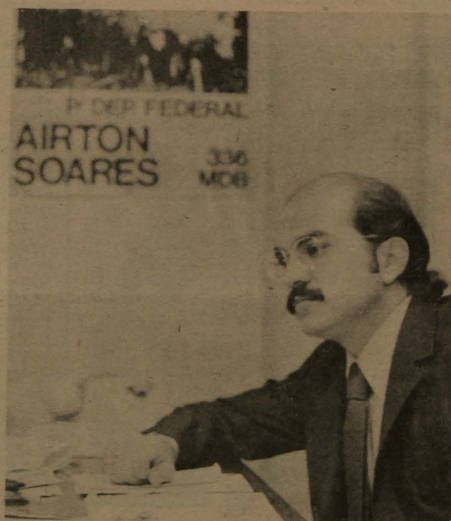
As universidades brasileiras, de uma maneira geral, passam atualmente por grandes transformações. Depois de um período caracterizado por uma grande dispersão no meio estudantil, posterior aos acontecimentos de 1968, que colocaram termo ao precoce e até certo ponto desorientado movimento estudantil brasileiro, vive-se hoje um clima de redefinição. As consciências que sobreviveram a este período presenciaram os frágeis pilares que sustentavam a Universidade serem abalados, destruídos e redefinidos por ventos revolucionários incontroláveis. A nau universitária há muito estava imóvel, detida por fortes âncoras, a águas calmas e sem perigo iminente de tempestade. Seus tripulantes, viviam desorientados.

Hoje, por mais que o Decreto 477 pare soberano sobre o ambiente universitário, começa a florescer uma movimentação no meio estudantil, que tudo indica deve se intensificar cada vez mais. O amplo debate sobre temas nacionais, que há muito havia desaparecido do panorama acadêmico, começa a empolgar os universitários, até mesmo os mais pessimistas e renitentes. Não há como negar, particularmente na Universidade de Brasília, o clima de nascente discussão, interesse e participação dos estudantes na vida comunitária. Os cartazes que proliferam pelas paredes, os murais, o grande interesse e movimentação alcançados nas eleições estudantis, as conferências e

atividades culturais, etc, atestam os progressos conseguidos, para retirar a Universidade do estado de letargia que vinha caracterizando.

Mas a iniciativa ainda incipiente e a organização precária, vivendo um momento de indecisão. Quais são as perspectivas dessa iniciativa, tendo em vista que os instrumentos de exceção, como o Decreto 477, ainda estão em pleno vigor? De que maneira o estudante deve atuar na Universidade? Como as representações devem orientar esta participação? Quais seriam os temas e os problemas a serem discutidos no meio estudantil? Quais as reivindicações a serem feitas? Deve-se debater abertamente temas políticos-institucionais? Como sanar as dissensões inevitáveis dentro do meio estudantil? Estas e outras questões estão surpreendendo os estudantes, há muito desacomodados com o exercício desse tipo de atividade.

O jornal "Campus" entrevistou dois políticos. Um senador pela Arena e um deputado pelo MDB. Talvez as apreensões dos estudantes encontrem alguns subsídios esclarecedores nos pensamentos desses parlamentares. As perguntas tentam focalizar particularmente o problema da participação estudantil, solicitando que sejam dados os devidos esclarecimentos sobre o assunto e traçadas as perspectivas sob a angulação dos dois partidos atualmente constituídos no País.



Ayrton Soares: o primeiro mandato parlamentar



Dinarte Mariz: atual primeiro secretário do Senado

Duas opiniões sobre participação estudantil

CAMPUS — O senhor tem conhecimento do que se passa atualmente nas Universidades Brasileiras?

AIRTON SOARES — A Universidade Brasileira padece hoje dos mesmos males que a viciaram desde sua criação, males estes que em fins de 1968 ganhavam destaque nacional, mas com uma agravante: hoje não há liberdade! Tenho participado desde 1965 nas lutas do Movimento Estudantil e apesar de formado em 1970 sempre estive em contato com a Universidade através do curso de pós-graduação e da defesa de estudantes em Auditorias Militares. Assim, creio ter a vivência necessária para identificar e entender os problemas que atualmente afligem a Universidade Brasileira. DINARTE MARIZ — Sempre acompanhei com o maior interesse a situação nas nossas Universidades, notadamente a do meu Estado — Rio Grande do Norte — criada no meu governo, cuja evolução no setor da pesquisa e na sua interiorização tem sido notável.

CAMPUS — Fala-se muito na existência de apatia nas universidades e do desinteresse por parte dos estudantes para atividades extracurriculares. Na sua opinião, essa situação se verifica?

A. SOARES — Há apatia, desinteresse, alienação por tudo aquilo que se pode chamar de atividade extracurricular. No entanto, essa situação tem causas que podemos facilmente identificar. É muito simples dizer que os estudantes são alienados, que entre eles reina um clima de apatia. Sabemos perfeitamente que essa situação tem suas raízes nos instrumentos de exceção vigentes no país, entre eles o decreto 744, que cerceiam o debate e impedem a liberdade de associação e reunião, criando um clima de insegurança e de medo. Hoje, o estudante tem medo de reclamar até mesmo da falta de material em sua escola, da incapacidade deste ou daquele professor, da qualidade da comida que

lhes servem no restaurante universitário, etc. Por outro lado, os governos até hoje nunca adotaram uma política educacional voltada para os interesses nacionais e que satisfizesse os interesses dos estudantes. Há toda uma orientação desde 1964 no sentido de que o estudante deve somente estudar. Esta simples afirmação demonstra a preocupação de impedir o debate dos problemas nacionais nas Universidades. Nega-se assim, brutalmente, a essência do espírito universitário e a função da Universidade.

DINARTE MARIZ — Creio que isso não vem acontecendo, pois o que se nota são os estudantes dentro da mais sadia tradição, não só voltados para os estudos, como atuantes no acompanhamento do desenvolvimento do nosso país, reivindicantes de sua participação no momento político nacional.

CAMPUS — O ministro Ney Braga em constantes declarações afirmou que o decreto 477 (*) não impede o estudante de participar da vida universitária. Qual a sua opinião?

A. SOARES — Falam os políticos do governo que o estudante para participar da política deve procurar os partidos políticos: Arena e MDB. Nós que sabemos como foram criados os partidos citados verificamos a impossibilidade de uma participação autêntica. Ademais, as representações e entidades estudantis existem no mundo todo, paralelamente aos partidos políticos. Seria o cúmulo admitir que o trabalhador só pode participar politicamente através dos partidos. Seria desprezar conquistas universais consubstanciadas nos sindicatos de classe. Na verdade os órgãos representativos no Brasil hoje sofrem profunda fiscalização e são constantemente violentados. Querem transformar as entidades estudantis em órgãos de recreação, distribuidores de apostilas ou carteiras de cinema. Essa repressão à atividade política na Universidade tem sua

caracterização mais conhecida no Decreto 477. E quando se fala que o 477 não impede que o aluno participe juntamente com professores da atividade política, falseia-se com a verdade. Lembremos que os estudantes perderam suas entidades representativas nacionais e estaduais. Hoje, falar de UNE e UEEs é crime! Ouço falar que as autoridades estão preocupadas em regulamentar a representação estudantil. Espero que haja esta intenção. Todavia, o ordenamento jurídico deverá partir dos anseios dos estudantes e não da gaveta de algum gabinete. A regulamentação deverá partir da base, ouvir o estudante que se impõe. Caso contrário, a regulamentação será repelida por todos. É preciso buscar o diálogo, mas o diálogo franco e honesto tem que ser desarmado. A arma que pesa sobre a Universidade como uma verdadeira ESPADA DE DÂMOCLÉS é o Decreto 477.

DINARTE MARIZ — Endosso, em todos os seus termos, as declarações do ministro Ney Braga. Entendo que o Decreto 477 restringe a participação política apenas dentro da Universidade. Fora, os estudantes são livres para ingressar e participar de qualquer partido constituído.

CAMPUS — Dentro do atual quadro político-institucional do país, quais as perspectivas de participação do estudante na vida política brasileira?

A. SOARES — A participação política dos estudantes deve ser de preferência dentro das universidades e só, complementadamente nos partidos políticos. Assim, é preciso desenvolver um persistente e humilde trabalho de organização, criando sempre que possível condições para o debate de temas nacionais, incentivando a participação do calouro no meio estudantil. Para isso é preciso promover atividades culturais, voltadas para o aperfeiçoamento individual e coletivo. Deve-se evitar o máximo o faccionalismo, as dissensões internas, o radicalismo das lideranças, males que sempre afligiram o movimento estudantil no Brasil. Isto só é possível com amplo e livre debate dentro das Universidades.

DINARTE MARIZ — O estudante ao atingir a sua maioria política é um cidadão com todos os direitos de participar da vida pública do país, representando, sem dúvida, colaboração valiosa no aperfeiçoamento do sistema democrático.

CAMPUS — No seu entender, qual o papel social de uma Universidade e do estudante na sociedade? Eles desempenham esse papel atualmente?

A. SOARES — Levaria muito tempo para falar do papel social da Universidade e do estudante na sociedade. Mas, na sociedade brasileira a Universidade deveria ser a mola propulsora do desenvolvimento. Trata-se de criar a elite cultural de um povo. Não preciso dizer muito mais.

DINARTE MARIZ — O papel da Universidade nos tempos modernos deve ser, sobretudo, voltado para o setor da pesquisa. Passou a época em que elas tinham finalidade, apenas, de expedir diplomas. Um universitário é um candidato a exercer uma liderança no setor político e social do país.

CAMPUS — Falta-se muito na necessidade de liderança nova nos partidos políticos constituídos. Os partidos estão interessados em desenvolver ações junto à juventude e, particularmente, junto aos estudantes universitários? Que tipo de ações?

A. SOARES — Os partidos sempre proclamam estarem de braços abertos para a juventude. Mas, os partidos não existem como verdadeiros partidos políticos, por um defeito de criação. Aos poucos foram aceitos, todavia. O povo, no caso da oposição, aceita o MDB e pode-se dizer que haja o MDB atingido um mínimo de representatividade popular. Precisa o MDB atingir uma vida partidária e deixar de existir apenas em vésperas de eleição para obter as adesões necessárias. Infelizmente, até o presente momento, não tenho conhecimento de ações concretas desenvolvidas pelo MDB no meio estudantil. Posso dizer mesmo que existe uma resistência quanto à renovação dos quadros partidários.

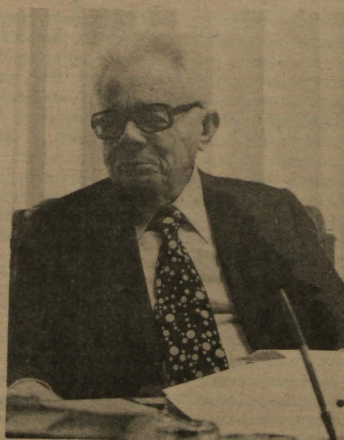
DINARTE MARIZ — Prejudicada pela resposta dada ao item anterior.

CAMPUS — Depois de 15 de novembro, o MDB saiu-se fortalecido das eleições. Mas, continua sendo uma legenda que congrega as mais variadas tendências. Como será a ação do MDB daqui para a frente?

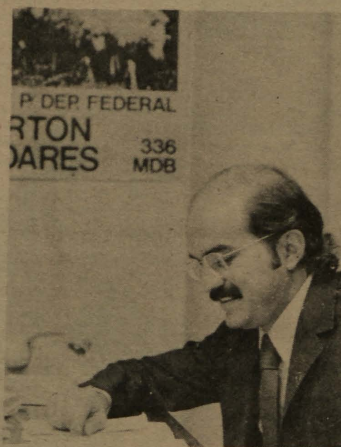
A. SOARES — O MDB daqui para frente é uma incógnita. A perdurar o regime de exceção só nos resta uma alternativa: fazer com que os 16 milhões de votos sejam realmente votos de oposição e para isso é necessário organização partidária que consiga atrair à participação ativa do povo no partido da oposição. Então corremos o risco de transformar o MDB num partido autêntico, representativo e com bases populares. Nesse contexto as mais variadas tendências que hoje se manifestam sofrerão uma depuração compulsória pelo contato popular. Se atingirmos um nível de representatividade partidária popular não teremos que nos preocupar com tendências dentro do MDB.

CAMPUS — Depois do 15 de novembro, a Arena saiu-se enfraquecida das eleições. Como será a ação da Arena daqui para frente?

DINARTE MARIZ — Conquistar, democraticamente, as bases eleitorais.



"Entendo que o Decreto 477 restringe a participação política apenas dentro da Universidade. Fora, os estudantes são livres para ingressar e participar de qualquer partido constituído".



"A participação política dos estudantes deve ser de preferência dentro das universidades e, só complementadamente nos partidos políticos. Assim, é preciso criar sempre que possível condições para o debate de temas nacionais".



"O que atualmente se nota, são os estudantes dentro da mais alta tradição, não só voltados para os estudos, como atunes no acompanhamento do desenvolvimento do nosso País, reivindicantes de sua participação na vida nacional".

CAMPUS — Como cidadão o estudante tem real interesse na vida política-institucional do país. Como o senhor vê o processo de distinção política pregada pelo atual governo?

A. SOARES — O atual governo entendeu que é necessário um esforço nacional para nos libertarmos do subdesenvolvimento. Entendeu que precisa do apoio dos mais variados setores da sociedade brasileira, mesmo havendo algumas oposições internas, tendo em vista o bem do Brasil. O esforço nacional deve englobar estudantes, professores, trabalhadores, empresários, militares e políticos, etc. Todavia, para atingir esses objetivos, encontra o atual governo resistências. Há setores, já identificados que reagem. Se houver precipitação ou improvisação corre-se o risco de não atingir os objetivos. O povo brasileiro já se manifestou a 15 de novembro passado. Resta ao governo se adequar à vontade popular que exige o restabelecimento do regime democrático e melhores condições de vida.

DINARTE MARIZ — O Brasil atravessa uma fase de desenvolvimento, situando-se politicamente, entre as outras nações do mundo como uma potência. A Revolução está perseguindo uma nova filosofia política, representada no setor político e social, condicionada à segurança nacional. Esta é a tradução que eu dou à distinção política pregada pelo presidente da República, General Ernesto Geisel.

CAMPUS — Houve alguma mudança de orientação política com a aplicação do AI-5 recentemente na Assembleia do Acre?

A. SOARES — Como dizíamos, o caso da intervenção no Acre demonstra que existe uma resistência à democracia. Desta vez os democratas perderam —: o que não significa uma derrota. Vitória maior da democracia é o funcionamento do Congresso Nacional depois de 15 de novembro próximo passado.

DINARTE MARIZ — A aplicação do AI-5 na prefeitura do Rio Branco está coerente com as declarações do presidente Ernesto Geisel, que, em sua Mensagem ao Congresso, afirmou não abrir mão dos Atos Institucionais, constantes nas "Disposições Transitórias" da Constituição.

CAMPUS — Ultimamente correm certos boatos sobre a necessidade de criação de novos partidos políticos, além dos já constituídos. Qual sua opinião sobre o assunto?

A. SOARES — Sou pelo pluripartidarismo. Tantos partidos quantos forem as tendências políticas organizadas. Criar novos partidos não implica em destruir os que já existem. Não podemos desprezar o que já atingimos em termos de partidos, como o MDB e a Arena. Voltar à estaca zero é um risco. Não podemos correr riscos.

DINARTE MARIZ — A Constituição não veda a criação de novos partidos.

CAMPUS — A criação desses novos partidos como decisão do executivo não os tornariam tão artificial e sem representatividade popular?

A. SOARES — Como dissemos os partidos videntes nasceram deformados. A função do Executivo não é criar partidos políticos. A sociedade é que determina as tendências que geram os partidos políticos. Já disse que o MDB deixou de ser a oposição que o sistema pretendia — as cassações e presões de emedebistas demonstram e as eleições de 15 de novembro deram-lhe o respaldo popular que não tinha. E se um partido passa a ser representativo, mesmo que tenha criação adulterina, essa representação popular sana o vício de origem. O que nos resta é dar uma dimensão partidária popular ao MDB. Criar raízes sólidas nos mais variados setores da população. Assim, apesar de se inverter o processo, teremos um partido político.

DINARTE MARIZ — As eleições efetuadas durante a Revolução vem demonstrando que os atuais partidos estão atravessando uma fase de consolidação.

Berilo Vargas, Carly Batista, David Emerich,
José Ribamar Oliveira Jr.

Para maiores esclarecimentos transcrevemos o artigo primeiro do Decreto-lei no. 477, de 26 de fevereiro de 1969: "Compete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I — alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;

II — atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro do estabelecimento de ensino, como fora dele;

III — pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe;

IV — conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;

V — sequestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;

VI — use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública;

Domingo, segunda-feira teatro não é brincadeira

Até o dia 30 de junho terão se apresentado no Teatro Martins Pena doze peças ensaiadas e montadas em Brasília, nas mínimas condições possíveis que se pode dispor para se fazer um espetáculo desse gênero. Esse movimento, criado pela Federação Nacional de Teatro Amador (FENATA) tem o nome de "Teatro das Segundas Feiras" e está movimentando os grupos amadores de Brasília. É importante ressaltar o apoio dado pela Fundação Cultural através da abertura oficial da Sala Martins Pena para atividades do gênero.

Os grupos, de maneira geral, têm a mesma opinião quanto à importância dessa iniciativa, da necessidade de formação de platéia que discute e opine sobre os espetáculos e que principalmente crie o hábito de ver o teatro de Brasília. Que essa platéia também se una aos grupos amadores, participando de suas dificuldades e colaborando, inclusive, nas deficiências técnicas dos mesmos.

As dificuldades são muitas devido à falta de condições e estrutura dos próprios grupos. Para Geraldo Moraes, diretor do "Tanaora", os problemas surgidos para montar "Ave Estrangeira" devem ser os mesmos que os outros elencos tiveram para montar seus espetáculos, ou seja, a falta de condições mínimas como, por exemplo, a maquiagem, que foi trazida pelas moças e eventualmente reforçada pela "vaquinha" feita pelos rapazes. O pagamento das taxas de Sbat e Sbacem (no caso de ter música) foi através de coleta também. O vestuário é na base do "vamos ver o que temos em casa, que possa

ser aproveitado para o quadro tal". No caso de outros recursos como cenário, cada um usa sua capacidade de imaginação e criação para bolar um cenário condizente com a situação do grupo. A iluminação tem que se adaptar às condições da sala em que o espetáculo será apresentado.

Galvão, diretor do "Atelier de Arte Dramática", diz que a maior dificuldade para montar "Pedido de Casamento", de Thecov, foi encontrar local para ensaios, tendo que fazê-los revezadamente nos apartamentos dos atores e normalmente parando às dez horas da noite para não incomodar os vizinhos.

Diante de tudo isso, o que é Teatro para esses grupos? Um ato de amor, uma forma de aprendizagem, liberação ou um desejo muito grande de se comunicar com pessoas nessa cidade tão cheia de "espaços vazios"?

Apesar de tudo, vinte e seis grupos entre Brasília e cidades satélites estão se registrando em cartório e tirando o seu CGC para se filiarem à FENATA e desfrutarem do apoio mínimo que ela pode oferecer, ou seja, o empréstimo da sala de conferências do setor de difusão cultural para ensaios na semana anterior às apresentações, as chaves do Martins Pena às segundas feiras e 90% da bilheteria do espetáculo.

A FENATA está funcionando provisoriamente na Fundação Cultural, 508 sul.

Vanira da Silva



O mal amado teatro amador: braços, pernas, corações e pulmões.

O cinema concreto (Vladimir y Niemeyer)

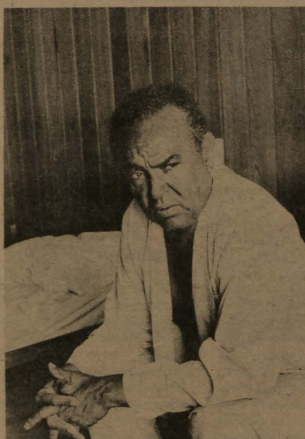
Desde ROMEIROS DA GUIA, filmado há quase 15 anos atrás com João Ramiro Melo, na época em que o Cinema Novo florescia no Rio e São Paulo e o grupo nordestino começava a aparecer, a obra do cineasta Vladimir Carvalho foi toda ela voltada para os problemas do homem do campo, dominado por um sistema explorador e alienante. O homem encontrava na cachaca, na poesia ingênua, uma forma de fugir à sua tragédia.

Seu décimo filme portanto, aparentemente é um "acidente". ITINERÁRIO DE NIEMEYER é um filme urbano, sobre a vida de um personagem único, onde as castingas e os mandacarus dão lugar às ruas de Paris, aos prédios de Brasília, às maquetes. No entanto, esta diferença — deve-se frisar — é apenas aparente; o Niemeyer do filme não é apenas o arquiteto respeitado em todo o mundo pela sua obra, mas é também um homem comum preocupado com os problemas sociais e com a produção da arquitetura como um patrimônio de todo o povo.

Na própria estrutura e narrativa há uma espécie de busca de identificação do filme com um procedimento da arquitetura: o concreto aparente e o cinema aparente. Antes de Niemeyer havia a preocupação de se revestir as grandes obras de concreto com massas e tintas, havia o

necessidade de se camuflar, de esconder o concreto. Hoje, basta se olhar o prédio da UnB ou a Catedral de Brasília para se entender o que Niemeyer fez. Da mesma forma do cinema: ainda há no cinema brasileiro a marca da era hollywoodiana, a ilusão de que o nosso cinema pode vir a comparar-se tecnicamente e industrialmente ao americano, quando a primeira lição do Cinema Novo (Nelson Pereira dos Santos — RIO 40 GRAUS) foi a de que deveríamos assumir o nosso subdesenvolvimento cultural, econômico e mostrá-lo sem máscaras. Se uma tomada não saiu boa mas repeti-la sairia muito cara, deixa como está que nós não temos mais dinheiro. Olhe, o gravador em cima da mesa está ali porque a gente precisa gravar; o que você está vendo é um filme brasileiro e você tem que saber como é que se faz um.

ITINERÁRIO DE NIEMEYER com certeza não desmitificará o cinema, porém é mais um a se juntar nesta tentativa. E é com este filme que Vladimir, a convite de Pierre Kast, irá participar, este mês, da Quinzena de Realizadores do Festival de Cannes, um encontro internacional do jovem cinema mundial, sem fins competitivos. Sua ida à França é consequência do 1.º prêmio do Festival Nacional de Curta Metragem, onde concorreram 62 filmes.



Luiz Gonzaga: fim do forró



"Baão, em inglês, é baium?"

Eu vou mostrar pra vocês como está se dançando o baião

Exu é uma cidadezinha do interior de Pernambuco, a pouco mais de 50 quilômetros do Crato. Seus quase cinco mil moradores, que apesar de nunca terem visto um aparelho de televisão, tiveram — no ano passado — seus lares invadidos por repórteres, cinegrafistas e fotógrafos ávidos por depoimentos sobre a luta das duas famílias que dominavam a região e que acabaram ganhando notoriedade em todo o País, graças ao número de crimes praticados de um lado e de outro.

No entanto, bem antes destas proezas, Exu já era conhecida por ter sido o berço de um dos maiores poetas e músicos brasileiros, a quem a música nordestina deve o reconhecimento entre os círculos intelectuais e universitários (ao menos), tanto pela sua qualidade poética como pela importância musical. Foi em Exu que nasceu e viveu Luiz Gonzaga — ou LUA para seus compadres, ou ainda "o rei do baião", conforme o SLOGAN largamente divulgado por Benito di Paula e seguidores.

Durante três décadas do baião de Luiz Gonzaga foi ouvido e tocado em festa de pé-de-serra, forrós e feiras, tanto nos estados do Norte e Nordeste, como em subúrbios do Rio de Janeiro e São Paulo. Tida como música eminentemente popular e, principalmente, como uma manifestação cultural autêntica, os "donos da cultura" do Brasil não tiveram como evitar a incorporação do nome de Luiz Gonzaga à história da música popular brasileira. Sua influência é inegável em compositores como Gilberto Gil e Caetano Velloso, que, antes mesmo de aprenderem a tocar violão, tiveram a sensibilidade despertada pelo som da sanfona magistralmente tocada pelo filho de Januário (seu pai, também tocador de sanfona em Pernambuco).

Hoje, Caetano, Gil e Gonzaga lamentam, juntos, a ausência desses ritmos no rádio e na

televisão. Ou mais extamente: lamentam o excesso de influência da música americana sobre a juventude. Além das poucas exceções, como o Quinteto Violado ou a Banda de Pau e Corda, a música nordestina — sem dúvida a mais rica e criativa do País — está se alienando do panorama musical brasileiro. As gravadoras, cujo interesse é puramente comercial, dizem que não gravam "porque não vende". A única e honrosa exceção acertou em não acreditar nisto. Marcus Pereira, um ex-publicitário, está cada vez mais rico divulgando temas populares e gravando compositores tidos pelas gravadoras comerciais como "inviáveis". E, por certo, estas gravadoras se assustaram ao ver um LP de Cartola, (o primeiro gravado após 50 anos de carreira) bater nas paradas de sucessos os "brasileiros" Morris Albert e Terry Winter.

Gonzaga sabe, porém, que apesar de sua luta para a divulgação da música brasileira, são compositores como Morris Albert que compõem e gravam em inglês, ou sambistas como Benito di Paula, que fabricam sambas importados, os que formarão a próxima geração de compositores brasileiros, a menos que se procure evitar sua penetração nos centros geradores de cultura popular, tarefa que parece praticamente impossível, não só pela dificuldade de empreendê-la como também por não haver o menor interesse. No entanto é inegável a deturpação que os meios de comunicação estão causando nestes centros. Mesmo em Exu, onde a televisão ainda não chegou, e onde os cantadores de feira ainda encontram público para as histórias de Lampião e do Padre Cícero, só a presença do rádio, divulgando (o termo exato seria massificando) a música americana, já obriga a formação de conjuntos tocando guitarras e cantando em inglês.

Orestino Amorim



1

PÓS-GRADUAÇÃO

A Universidade de Brasília oferece cursos de pós-graduação nos departamentos de Direito, Letras, Educação, Comunicação, Economia, Sociologia, Antropologia Social, Química, Física, Geologia, Matemática, Estatística, Biologia Molecular e Fitopatologia. Durante o ano de 1974, cerca de 900 alunos matricularam-se nesses cursos. Segundo o Decano de Pós-Graduação, Milton Thiago de Castro, o período de seleção de candidatos em geral, ocorre dois ou três meses antes do início do período letivo regular, com as seguintes condições para admissão: Ter graduação na área correspondente e preencher as demais exigências que são variáveis segundo cada curso, além das normas gerais do MEC, CFE e UnB.

Os alunos da pós-graduação consideram que tais cursos oferecem oportunidades para discutir mais profundamente algumas das questões científicas e técnicas de cada disciplina. Percebem-las em nível mais profundo e propor formas de estudar e resolver esses problemas — seria o ideal, segundo os alunos. Na prática, esse objetivo varia muito conforme os professores e discentes estejam interagindo. Para os estudantes, a realidade prática não alcança as oportunidades oferecidas e a pós-graduação serve principalmente para legitimar mais um STATUS.

ECONOMIA

Inscrições: — Início: 15 de maio. Término: 30 de julho. Taxa: 100 cruzeiros (a ser paga no Banco do Brasil). Documentos de inscrição: histórico escolar. A prova de seleção será feita nos dias 11 e 12 de agosto. Para a MATRÍCULA são exigidos os seguintes documentos: diploma, histórico escolar e certidão (nascimento ou casamento). Início: janeiro de 1976. Número de vagas: 15.

DIREITO

Inscrições: — Início: ainda não foi fixada a data. Taxa: não haverá. Documentos: histórico escolar; diploma de BACHAREL em Direito, atestado de antecedentes, prova de estar em dia com as obrigações eleitorais e militares. Provas de seleção: fevereiro de 1976.

Número de Vagas: 15 por ano

ADMINISTRAÇÃO

O projeto relativo ao seu curso de pós-graduação encontra-se, pela segunda vez, na Reitoria. É possível que seja aprovado no segundo semestre de 1975. Seleção: ao nível de graduação, mais uma língua estrangeira. Documentos: nada certo sobre a documentação necessária. Presume-se que sejam exigidos os mesmos dos outros departamentos. Número de Vagas: a previsão é de 15 vagas por semestre.

COMUNICAÇÃO

Documentos para a inscrição: histórico escolar e prova de conclusão do curso de graduação, curriculum vitae e carta expondo as razões porque deseja fazer o curso. Ainda não foi fixado o período de inscrições. Seleção: monografia sobre tema a ser indicado pela Comissão de Seleção; prova de conhecimentos gerais; com ênfase em Comunicação, Métodos de Pesquisas e Ciências Sociais; prova de conhecimentos de língua inglesa; entrevista com os membros da Comissão. Documentos para Matrícula: carteira de identidade; atestado de antecedentes; carteira de saúde; certidão de nascimento ou casamento; provas de cumprimento das obrigações eleitorais e militares; comprovante de que pode manter-se no curso em tempo integral.

ANTROPOLOGIA SOCIAL

Inscrições: não há cobrança de taxas; a seleção será feita em outubro de 1975 e o número de vagas não é fixo, mas fica em volta de 10 por turma. O curso já existe desde agosto de 1972, é oferecido anualmente e tem seu início previsto para março de 1976. Exigências: ser diplomado por curso de graduação na mesma área afim; ser selecionado em entrevista ou exame, ou em ambos; ser capaz de ler literatura especializada em língua estrangeira. O candidato deve dispor de tempo integral.

SOCIOLOGIA

Inscrições — de 04 a 18 de fevereiro/1976, podendo ser feita pelo Correio através de carta registrada. Os documentos exigidos para a inscrição: certificado de conclusão de curso de graduação em Ciências Sociais ou em área afim; histórico escolar; curriculum vitae; formulário de inscrição devidamente preenchido. Para a Matrícula no curso, são exigidos os seguintes documentos: carteira de identidade; atestado de antecedentes; provas de cumprimento das obrigações militares e eleitorais; carteira de saúde; certidão de nascimento ou casamento; três fotos 3x4.

FÍSICA

Inscrições: ainda não foi fixada a data. Os documentos exigidos são: certificado de conclusão do curso superior (ou declaração da Universidade que está cursando o último ano de graduação); histórico escolar; curriculum vitae; cartas de recomendação, escritas em formulário especial fornecido pela secretaria do curso de Pós-graduação. (os documentos relacionados deverão ser apresentados até os dias 15 de junho e 15 de novembro). A Seleção será feita pela Comissão após uma entrevista pessoal com o candidato.

2

BOLSAS DE ESTUDO

A Secretária de Planejamento da Presidência da República e o Ministério de Educação e Cultura, através de instituições como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), coordenam os assuntos ligados a bolsas de pesquisa no Brasil e no exterior.

O Governo tem incentivado a pesquisa fora do País em todas as áreas, principalmente nas que dizem respeito direta ou indiretamente ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento de pessoal docente. Evidentemente, tem-se observado um interesse

maior em especializar alunos em áreas científicas e tecnológicas cujos campos de pesquisa no Brasil ainda são deficientes.

São oferecidas bolsas de estudos no exterior a estudantes ou a pessoas vinculadas às universidades, somente para mestrado e doutorado, quando não existirem cursos similares no País. Os financiamentos não são efetuados através da Universidade, contudo, esta, encaminha a solicitação do interessado às instituições governamentais já citadas. Alguns governos oferecem bolsas de pesquisa diretamente a estudantes através das embaixadas. Atualmente pode-se conseguir-las para quase todos os países, principalmente para os do mundo ocidental.



3

QUARTETO DE CORDAS

Premiado em 1973 (pela Associação Paulista de Críticos de Arte) como o melhor conjunto instrumental do ano, uma viagem pela América Latina realizando 41 apresentações, outra à Europa perfazendo um total de 20 concertos e oito gravações para emissoras de rádio, além de já ter percorrido diversos estados brasileiros levando a sua música. Este um rápido balanço das atividades do Quarteto de Cordas da UnB nos seus três anos de existência. Na Universidade e na cidade tornou-se uma tradição da vida cultural, participando ativamente dos "Concertos dos Sábados", hoje "Concertos das Quintas-Feiras", e também colaborando com iniciativas de diversas instituições de Brasília.

O Quarteto foi criado em 1972 quando da contratação dos professores Moysés Mandel, Valeska Hadelich, Johann Scheuermann e Antonio Guerra Vicente, escolhidos entre os melhores músicos do País. Como membros do conjunto, respectivamente 1o. violino, 2o. violino, viola e violoncelo.

No dia 12 do mês passado viajou para os Estados Unidos como convidado para se apresentar no Festival de Birmingham, no Alabama, este ano dedicado ao Brasil. Aproveitando a viagem o Quarteto vai realizar uma temporada por cidades america-

nas, passando no regresso a Brasília pelo México, Colômbia, Venezuela e Peru, participando quase que diariamente de concertos e seminários. Deverá chegar de volta a Brasília até o fim deste mês.

Segundo o professor Paulo Afonso, do Departamento de Música, os alunos dos professores componentes do conjunto não serão prejudicados com a viagem, já que as aulas foram antecipadas e serão repostas caso haja necessidade, para completar o total de horas.

Embora tendo como diretriz básica estudar e executar música de todas as épocas, estilos e tendências, o Quarteto prestigia e dá prioridade a autores brasileiros contemporâneos e modernos, vários dos quais lhes tem confiado as primeiras audições de suas obras.

Um detalhe curioso é que embora considerado pela crítica especializada como um dos grandes quartetos da atualidade, o Quarteto de Cordas não possui nenhum disco gravado no Brasil. Na sua temporada europeia gravou um disco na Alemanha, sendo uma das cláusulas do contrato a exclusividade em gravações por cinco anos. O fato antecipou-se, assim, a qualquer iniciativa brasileira, e no caso, ao próprio Ministério da Educação e Cultura através do seu Plano de Ação Cultural.

4

1. PALESTRA — 4 a 20/6 — Às 19:30, no Auditório do Departamento de Música — "A MÚSICA DE CÂMARA FRANCESA NO SÉCULO XX", pela professora Odette E. Rios, abordando aspectos da evolução dos estilos musicais. Inscrições abertas aos universitários.

2. CURSO — 9 a 11/6 — "CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL", promovido pelo Departamento de Administração. Programa: Estrutura e Organização do Serviço de Material, Planejamento e Manutenção e Controle de Material e Avaliação de Estoque. Taxa de inscrição: Cr\$ 200,00.

3. SEMINÁRIO — 24 a 27/6 — "MÚSICA POPULAR BRASILEIRA" — aspectos sociais e culturais, promovido pelo Departamento de Música. Convidados: José Ramos Tinhorão, crítico de música que falará sobre estilos musicais e cultura nacional; Marcus Pereira, comunicador e empresário, que abordará linguagem artística e expressão popular; Nivaldo Azevedo, historiador e Fernando Correia Dias, sociólogo, apresentando uma análise da integração da música e seus aspectos sociais.

4. CONCERTOS — Todas as semanas o Departamento de Música apresenta "CONCERTOS DAS QUINTAS-FEIRAS", a partir das 19:30 horas, sempre mostrando as atividades desenvolvidas por seus professores e alunos, além de corais e conjuntos visitantes. A entrada é franca.

lassificados

Amorim Brito, Marcos Antônio Castro, Carmen Coutinho dos Santos, Vitória Adail Brito.

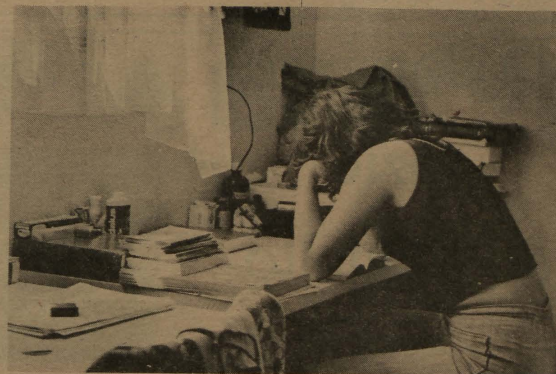
5/6

PROGRAMAÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL

- 2 a 05/6 — Quinta Amostra de Jovens Diretores Alemães (Escola Parque — 21 horas — entrada franca)
- 4 a 15/6 — Cartões Postais da Belle Époque (Sala de Exposições da Fundação — 508 Sul — diariamente de 10 às 22 horas)
- 14 a 25/5 — Dionísio Del Santo (Exposição de Serigrafia — Sala de Exposições da 508 — diariamente de 10 às 22 horas)
- 16 a 28/5 — Exposição de Artesanato da Guatemala (Sala de Exposições do Touring Club — diariamente de 10 às 22 horas)

PROGRAMAÇÃO DA FENATA — TEATRO DAS 2as-FEIRAS

- 19/5 — Teatro Ariano Suassuma — PIC-NIC NO FRONT (Arabal)
- 25/5 — Grupo Proscênio — A FUGA DOS BRINQUEDOS (Eduardo Paranhos)
- 02/6 — Grupo Mensagem — PLIPLAIMUNDO NO CIRCO (Cassiano Nunes)
- 09/6 — Grupo Sergio Cardoso
- 16/6 — Grupo Pedra — A FARSA DO ADVOGADO PATELIN (anônimo)
- 23/6 — Grupo Juventude e Arte
- 30/6 — Grupo Gruta



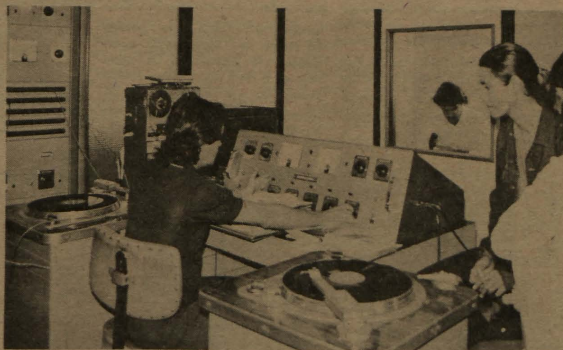
9

ALOJAMENTO

ONDE MORAR — Quem não tem casa de papai e mamãe em Brasília, precisa de um lugar onde guardar seus trechos, encostar o esqueleto no fim do dia, escutar um sonzinho no domingo — enfim, precisa de um lugar onde morar.

ALOJAMENTOS — O D.A.C. (Departamento de Assuntos Comunitários) abre inscrição para os alojamentos (atenção: só masculino; as casinhas das meninas vão ser demolidas e não se aceita mais ninguém, por enquanto...) no início de cada semestre, meses de março e agosto. Para alunos de graduação está reservado o bloco A do Centro Olímpico; cada apartamento é dividido entre seis alunos; o prazo de inscrição é 15 a 20 dias. A documentação básica exigida é a declaração do Imposto de Renda do responsável; o restante da documentação será pedida de acordo com a situação de cada candidato. Os pós-graduandos dispõem do Bloco B e para eles é exigida apenas um requerimento à chefia do D.A.C. e uma declaração do Departamento onde está cursando pós-graduação. Para morar no Bloco B, onde cada apartamento é dividido entre quatro alunos, é preciso pagar uma mensalidade equivalente a 50 por cento do salário-mínimo, ou uma diária de cinco por cento do mesmo.

VAGAS, QUARTOS E ÁREAS — para quem não conseguiu alojamento do D.A.C., estão aí os quartinhos de empregada ou as áreas na Asa Norte. Uma vaga nas SQN 403, 404, 405 e 406, num quarto a ser dividido por duas pessoas, custa por volta de 400,00. Para ficar num quartinho sozinho, você vai ter que pagar de 500,00 a 600,00. Na SQN 408, por uma área de serviço, com quartinho de empregada e banheiro, o preço é normalmente 700,00; no início do semestre, chegam a cobrar até 850,00.



10

RÁDIO

Para quem gosta de esporte, a pedida é ouvir a Rádio Globo. Diariamente, às 23 horas, o programa Panorama Esportivo. E sempre que há jogos, nas quartas-feiras e fins-de-semana.

Em matéria de rádio-jornalismo o negócio é ouvir o Jornal das 22 horas, na Rádio Eldorado de São Paulo. Meia hora de notícias, com o suporte informativo do grupo Estadão. Recomenda-se também a audiência das rádios estrangeiras em ondas curtas, à noite. A BBC, Voz da América, Rádio Central de Moscou e ORTF (França) têm bons programas informativos em português. É um outro ponto de vista, às vezes insuspeitado.

A Rádio Alvorada de Brasília manda ao ar todos os dias, às seis da madrugada, o programa Alvorada Sertaneja. É interessante conhecer a amplitude e variedade da música regional, expressão de um universo romântico, trágico, rude, católico, conservador e feudal — o interior brasileiro. Na mesma linha está o programa do Projeto Minerva, às 10 horas de domingo em cadeia nacional — apesar da apresentação paternalista e didática — é uma oportunidade para conhecer a nossa música folclórica.

Para ouvir a boa música sintonize o seu rádio na Jornal do Brasil — todos os dias, às 22 horas, programa Noturno. E o programa Especial das terças-feiras, às 22 horas — entrevista com compositor ou cantor, e músicas do entrevistado. Outra dica: a Rádio Nacional de Brasília, nas tardes de domingo, é uma longa sessão musical de alta qualidade, com poucos e breves intervalos comerciais.

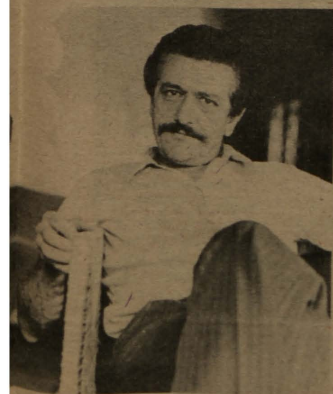
Se você quiser ouvir música estrangeira de consumo, é só ligar o rádio a qualquer hora, em qualquer estação. Para o professor Ubirajara, do Departamento de Comunicação, isso acontece porque as emissoras não observam normas de fidelidade à cultura brasileira e só enxergam o lucro — resultado: 8 por cento do mercado é dominado pelas multinacionais do disco, segundo o ex-publicitário Marcos Pereira.

7

AUMENTO

A rede Karim de cinemas acabou com as meias-entradas para estudantes. Para fazer isso — já que a legislação garante o nosso desconto de 50 por cento — usou de um hábil silogismo fiscal: majorou as entradas em 100 por cento e eliminou as meias-entradas. Desta maneira, perante o Conselho Interministerial de Preços, o ingresso único equivale às meias, pois as inteiras foram "suprimidas" num gesto de suprema bondade. Falou.

Aliás, cinema é perfeitamente dispensável! Você tem televisão, pagou juros e correção monetária por ela. Assim você tem obrigação moral de prestigiar o "HAWAII 5.0", "Premiere Muncie", "Coruja Colorida", "KUNG FU" e coisas do gênero. A propósito, a TV agora é a cores! Maravilhosa invenção do homem!!! Você nem chega a sentir falta do cinema. Ainda oferece uma série de vantagens ao telespectador: Você pode deitar confortavelmente no sofá de sua sala, tomar sua cervejinha gelada, fumar o seu cigarro preferido. Imagine se o cinema oferece essa mamata!... Você pode até ir ao banheiro, paquerar sua geladeira nas horas dos comerciais, sem perder um único minuto de filme. Ah, maravilhosa invenção!!!



8

BOLSAS DE PESQUISA

Nos últimos 15 anos, o Laboratório Hubrecht da Holanda organizou uma série de grupos Internacionais de Pesquisa sobre Biologia do Desenvolvimento, com seis meses de duração cada. A finalidade é estimular a pesquisa no setor, em bases internacionais, induzindo jovens cientistas de diferentes países a se dedicarem a este campo e permitindo-lhes lançar-se à cooperação prática internacional.

DURAÇÃO DO CURSO. O próximo Grupo Internacional de Pesquisa será organizado entre janeiro e julho de 1976. Os componentes do grupo trabalharão com membros da equipe do Laboratório Hubrecht. A maior parte dos temas de pesquisa dizem respeito ao estabelecimento de padrões estruturais metabólicos de sistemas de desenvolvimento e outros assuntos congêneres.

PROGRAMA DE ESTUDO. Durante o período de treinamento, será dada grande ênfase ao trabalho experimental e consulta à literatura existente e ao adequado treinamento na manipulação de embriões vertebrados. Haverá ampla oportunidade para troca de idéias e experiências entre membros do Grupo, paralelamente a um programa social visando melhor compreensão internacional.

CONDIÇÕES DE ADMISSÃO. O curso destina-se a pós-graduados em Ciências Naturais, Medicina ou Veterinária, com dois anos de prática profissional e amplos conhecimentos de inglês. São preferidos candidatos que possam dar prosseguimento às pesquisas em seu país de origem. Todas as despesas, inclusive a viagem aérea internacional, serão cobertas pelo governo da Holanda. Os candidatos às bolsas devem dirigir-se ao Consulado Geral, rua Sorocaba 570, Botafogo, telefone: 246-4050 ou Caixa Postal 861, ZC-00, RJ, 20000. Maiores detalhes relativos ao currículo podem ser obtidos diretamente no Laboratório Hubrecht (Uppsalalaan 1—Universiteitencentrum "De Uithof"—Utrecht—Holanda).

BOLSAS DE PESQUISA NA ALEMANHA

O governo da República Federal da Alemanha, através da Fundação Alexander von Humboldt, Bonn, está oferecendo bolsas de pesquisa a pós-graduados em disciplinas científicas e humanísticas, de nível pós-doutoral que hajam realizado pesquisas ou exercido docência de nível universitário e colaborado em publicações científicas. Os bolsistas recebem mensalmente uma ajuda de 1.600 a 1.900 marcos, de acordo com suas qualificações científicas. Além disso, a Fundação Humboldt outorga ajudas adicionais para curso de alemão e despesas de viagem. A bolsa tem a duração de seis a doze meses, eventualmente prorrogável até vinte e quatro meses.

Os interessados devem se dirigir à embaixada da Alemanha, na Av. das Nações, lote 25, Caixa Postal 07-0752, nesta cidade, ou à Reitoria da Universidade de Brasília para todas as informações sobre as referidas bolsas.

O domingo vazio do Planalto

Zuleica Maria Souza Porto



Geograficamente impedido de gozar os encantos das ecumências e gratuitas praias, que, poluídas ou não, continuam vivas na memória de cariocas, baianos, cearenses e demais emigrados litorâneos, para onde vai o solitário habitante do Planalto Central, cansado talvez de encher as tardes de domingo com o sorriso imutável de Sílvia Santos e as acrobacias do Fantástico?

1 Uma piscina natural cercada de árvores, situada na estrada que liga o Cruzeiro a Sobradinho, a pouca distância de Brasília — a Água Mineral — é dominicalmente habitada

2 A Torre de Televisão as quatro horas da tarde é uma festa; além da população da cidade, famílias de funcionários públicos, grupos barulhentos de adolescentes, os inevitáveis turistas com máquinas fotográficas e chapéus coloridos, emprestam à tarde na torre uma fisionomia especial, até que uma chuva imprevisível ou o anoitecer venham afugentá-los e também aos que ali expõem seus produtos. Que vão de calei-

3 Pertinho da Torre fica o parque de diversões, o "Nicolândia", muito conhecido pelos moradores das cidades satélites, como Taguatinga, Ceilândia, Guará, e habitualmente frequentado pelas empregadinhas da Asa Sul; é ali que elas passam as tardes de domingo, andando de rodagigante, trem-fantasma, tira-prosa, comendo a "maçã do amor", e

por uma média de 5 mil pessoas. Casais de namorados, crianças e pais de família, lotam nos fins de semana uma área relativamente pequena. Para entrar, paga-se dois cruzei-

ros, e para quem tiver carro, o carro também paga. É a solução para quem quer tomar sol, nadar e não pode frequentar o lake, o Cota Mil ou o Minas Brasília.

uma vez ver Brasília lá de cima. E é assim que muitas crianças comprovam o que o professor disse na escola: "Brasília tem a forma de um avião". Evidentemente não é para comprar que as pessoas vão à torre — com exceção, é claro dos turistas, que para outra coisa não foram feitos — mas para dar uma volta com as crianças, que já estão cansadas de ficar em casa, ou para ver gente nova.

praticado, e vendo-se meio deslocadas entre o concreto, o vidro e asfalto de Brasília, é ali no parquinho que elas se refugiam, tendo nos recantos que servem nos quarteis locais seus mais frequentes companheiros — eles também sem família aqui, vivendo entre estranhos; eles também sempre com um pouco ou nenhum dinheiro; eles também desambiantados na cidade grande e hostil.

4 Já a JEUNESSE DORÉE (juventude dourada), habitante das SQS 114, 308, 206, e redondezas, faz do Centro Comercial da 110, e particularmente do "Chaplin", um

5 Usando de imaginação, o brasiliense transforma a pracinha em frente à catedral e a calçada do Conjunto Nacional Brasília em mais alguns pontos para seus passeios de domingo — feirinhas se formam, ven-

6 A mini-Disneylândia, o parquinho do Valença, o campo de aeromodelismo, o Jardim Zoológico — é para onde as crianças levam seus pais, se não tiverem um carro à cidade. Outros preferem bombardear



pedaço de Ipanema em Brasília coloridos, belos e saudáveis, eles vêm do alto de suas motocicletas o tempo e a tarde passar, enquanto devoram um SUNDAY de Chocolate ou

dedores ambulantes oferecem mil bugigangas, bichinhos de pelúcia, flores do cerrado, cachorro quente, balões coloridos, sorvete e pipoca. O pessoal vai lá passear, e muita gente continua batendo fotografias junto

aviões e submarinos, caça tigres e elefantes numa das barulhentas casa de diversões eletrônicas do Conjunto Nacional ou no Centro Comercial Gilberto Salomão. As fantasias das brincadeiras no quintal do vizinho, a troca de revistas

MASSHLOW. Isto se não tiverem resolvido "curtir uma diferente" em Itaquira, Lagoa Feia e outros recantos apreciados pelos amantes do CAMPING.

aos evangelistas, já exaustos de tanta foto — pode-se aproveitar e ir até o Congresso ver os cisnes. (para quem está em Brasília há 15 anos, é bem provável que os belos cisnes tenham perdido todo o encanto...)

na porta do cinema, e outras liberdades que se dá à imaginação infantil são por aqui canalizadas para os "play-grounds", jogos eletrônicos e piscinas infantis nos clubes, onde qualquer perigo é previsto e eliminado.

9 Para uma faixa da população de Brasília, o problema de falta de diversão talvez não se apresente tão grave; para eles não é necessário usar de tanta imaginação, ou usufruir das opções que há na cidade... A televisão também não surge como última opção, como no caso da classe média baixa, uma vez que seu poder aquisitivo não dá para comprar um aparelho financiado em "módicas prestações mensais". São eles os frequentadores da rodoviária, dos sábados e domingos, à tarde e à noite. Estes simplesmente transplantam para o Planalto o que já conheciam em suas cidades de origem: o boteco da esquina, onde se bebia cachaça, foi substituído pela plataforma superior da Rodoviária; sem estardalhaços, sem risos, sem grandes alegrias, calados a não ser quando discutem futebol ou dizem piadas à primeira doméstica que passa, vestidos com a roupa de todos os dias (a não ser a camisa do time preferido que joga hoje à tarde), eles fazem ali o seu fim-de-semana. De resto, em pouco ou nada é diferente do resto da semana. Para eles, a Rodoviária é mesmo a única opção.



7 A Fonte Luminosa é agora um imenso canteiro de obras — onde antes o pessoal ia ver a noite do planalto colorida e sonora, hoje tem como habitantes tratores e máquinas empenhados em ligar as avenidas W/3 Norte e Sul. E o brasiliense, já com tão poucas opções, cada vez mais entregue à TV, talvez tenha

8 Restam ainda os bares (sempre presentes) com mesinha na calçada. Aqui, são poucos os que têm seus frequentadores habituais, que ali criaram histórias, fizeram um

logo que dar corda à imaginação e buscar entre as belas formas criadas por Oscar Niemeyer, mais uma forma de se divertir — quem sabe escalar os "degraus" do Teatro Nacional (já que sua função primária — apresentar peças — é tão pouco frequentemente cumprida...) e descer da torre de pára-quebras; coisa

"folclore". Os mais famosos são o "Beirute", na CLS 109, e o "Gilberto Salaminho", na Asa Norte. O "Beirute", o mais antigo da cidade, é muito frequentado pelo pes-

nesse estilo. Os motoqueiros da cidade já deram o exemplo: perto do autódromo, numa construção, eles improvisaram um "circuito de motos", e a assistência já se faz numerosa. A garotada também já tratou de compensar a falta de divertimento na cidade, e o "strike" transforma-se num esporte bem procurado.

soal da UnB e "intelectuais", que aos sábados à noite discutem de metafísica a futebol, de loteria esportiva a política internacional.

BOLÍVIA BOLÍVIA BOLÍVIA

(A marcha para os Andes)

Dod, aluno do Departamento de Comunicação, e Gustavo, da Sociologia, viajaram pela América Latina. Aqui sua colaboração ao CAMPUS: uma análise social, política e econômica de sua estada na Bolívia.

"Já são onze mil brasileiros que entraram no país nos últimos dois meses" — Comentava com espanto o funcionário boliviano encarregado pelo posto de imigração da cidadezinha fronteiriça de Porto Suarez. Enquanto carimbava meu passaporte, e me dizia algumas coisas num espanhol semi-inteligível, mais uns cento e cinquenta brasileiros aguardavam sua vez, numa fila que se esticava por meio de um lamacal. Eram quase todos jovens em férias escolares, a maioria vindos de São Paulo e Rio, contribuindo para aumentar as estatísticas de estudantes brasileiros que, de três anos para cá, têm viajado em massa pelos países andinos (Bolívia e Peru, principalmente).

O vício de termos sempre vivido em função de padrões econômicos, políticos e culturais alienígenas (estranhos a nossa condição de nação subdesenvolvida) talvez seja uma das razões que nos levou a ignorar, por tanto tempo, a existência dos novos vizinhos de continente. Daí a afirmar que esta súbita descoberta da Hispanoamérica por estudantes universitários pudesse ser o início de uma derrubada das barreiras é muito arriscado. Primeiro porque qualquer discussão deste tipo teria que ser colocada em nível institucional, o que foge a nosso alcance. Em segundo lugar porque o mútuo desconhecimento das partes é tão grande que será preciso muito tempo para saná-lo. E por último, porque todo brasileiro, a priori, terá que conquistar simpatia e se mostrar muito digno de confiança, para conseguir desfazer uma certa imagem de vaidade e prepotência que nos cerca.

O fato é, que movido talvez por mera curiosidade ou espírito aventureiro, o brasileiro começa a sair de casa para visitar a "desconhecida" América Latina.

No dia 10. de fevereiro de 1975, nem tanto com esse misto de curiosidade/espírito de aventura, tomamos um trem na Estação Ferroviária do Núcleo Bandeirante e nos mandamos. Estabelecemos um itinerário de 50 dias: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Manaus (descendo o Solimões) e Brasília.

Por questão de espaço e pelo fato de ter sido o país de maiores contrates e fatos mais marcantes, me restringirei somente a comentar nossa passagem pela Bolívia.

Chegamos a Corumbá (MT) no 30. dia de viagem. Isso depois de enfrentarmos todo aquele desconforto e ocorrências imprevisíveis como descarrilamentos, boi na linha, etc., tão comuns a todas as viagens de trem no Brasil.

Pernotamos em Corumbá, e na manhã seguinte conseguimos um caminhão que nos levou (e aos outros cento e cinquenta brasileiros) até Porto Suarez, do outro lado da fronteira.

De Porto Suarez a Santa Cruz de la Sierra (no sopé dos Andes bolivianos) a única

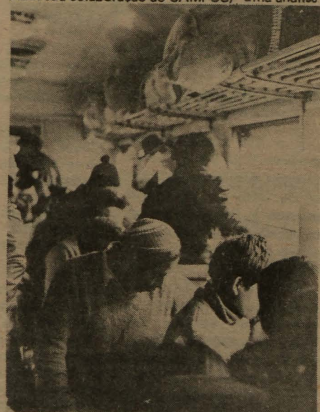


O espanto geral, ante a presença de estrangeiros

alternativa é um outro trem com quase 40 vagões (mais conhecido como "Trem da Morte"), onde os passageiros (a maioria homens, mulheres e crianças bolivianos) se acomodam como podem em meios e por cima de trouxas, emburilhos com comidas, geladeiras, fogões, rádios, TVs, e tudo mais que conseguem trazer de São Paulo, para vender no seu país.

Nós, estudantes brasileiros, conseguimos por sorte dois vagões de carga e nos acomodamos como pudemos em meio e por cima de pilhas de pernas, braços e outras coisas.

Bem, os primeiros momentos foram de curtição total: prevalecia ainta o tal espírito de aventura. ("Puxa! quando eu chegar no Brasil o pessoal nem vai acreditar!"). Mas a euforia inicial logo se desvaneceu, e durante as vinte e oito horas (ao invés das dezoito previstas) que levamos para cruzar o chaco boliviano, não sei o



"Trem da Morte", a única alternativa

que mais impressionava: se a pobreza e total falta de recursos dos habitantes da região — descendentes dos guaranis — ou se o espanto dos nossos companheiros de vagões diante do que presenciavam. É possível que para alguns a miséria fosse novidade.

Santa Cruz, uma das principais cidades bolivianas, não apresenta muitos atrativos. Aberta, descontraída, não é nenhum choque para o visitante brasileiro. Lá, mais do que em qualquer outra parte da Bolívia, é fácil perceber a "influência" econômica e cultural brasileira: desde balas, remédios, pastas-de-dente, chuveiros elétricos, discos de Ronnie Von, vasos sanitários, "Banda do Canecão", papel higiênico, automóveis e maquinárias pesadas (as locomotivas que puxaram o trem até Santa Cruz são emprestadas da Noroeste Paulista) até televisores brasileiros participando da integração nacional ("Conecta a Bolívia com Colorado RQ — Bolívia merece todo nosso amor — Colorado RQ — o televisor de la integración nacional").

A subida dos Andes até os 4.000 metros de altitude de La Paz é feita por estradas incrivelmente estreitas e ameadoradoras, em ônibus dirigidos por verdadeiros acrobatas equilibrando seus veículos entre os despenhadeiros. A paisagem é quase sempre a mesma: vegetação baixa, alguns poucos arbustos, as casas de barro que se confundem com o solo.

Mas em cada "puerto" que parávamos o ambiente mudava. Começávamos a perceber a riqueza folclórica dos "cholos", descendentes diretos do legendário povo Inca: uma música surpreendentemente bonita, tocada com "charangos" (parecido com nosso cavaquinho), "quenás" (flautas rústicas), bumbos e outros instrumentos estranhíssimos; as mulheres com chapéus, muitas saias rodadas e coloridas, algumas carregando nas costas seus bebês, crianças gorduchas e de bochechas avermelhadas e queimadas pelo frio do altiplano.

Evidente que não éramos os primeiros estrangeiros que passávamos por ali. Mas, o espanto era mútuo. De um lado o pessoal desses lugares não estava ainda habituado a presença de tantos brasileiros: barulhentos e ávidos para registrar os mínimos detalhes em suas sofisticadas máquinas fotográficas e filmadoras super-B. Por outro lado, para a gente, era o início do contato com uma cultura bem distinta e que quase nada tinha a ver com a nossa.

O relacionamento com estranhos é feito com muita desconfiança e precaução. Diante da nossa aproximação os "cholos" preferiam falar em suas próprias línguas indígenas — o quechua ou o aimará — até quando, de alguma forma, lhes interessasse que a barreira fosse rompida.

O espírito aberto e despreconceituoso do visitante pode facilitar muito as coisas. Certa vez, próximo a Cochabamba, paramos em uma vila onde se chega por uma estrada que serpenteia a montanha — estreita e perigosa, mas tremendamente bonita. As casas de adobe mais pareciam prolongamento do chão.



O pequeno e pobre comércio

Tudo parecia da mesma cor: a palha que cobria os tetos, as plantações de trigo, "cholos" de olhar melancólico e passivo andando vagarosamente pelas vielas empurrados com o corpo e as roupas sujas pela poeira — a mesma cor de barro. O silêncio só era quebrado por um bando de lhamas nos espreitando meio indagativas, misturadas a ovelha e cachorros, que de tão peludos se confundiam com estas. Ali o tempo havia realmente parado.

Passai a fotografar tudo com bastante interesse, mas as pessoas viravam o rosto ou se afastavam um pouco amedrontadas. Fui então interpelado por um grupo de bolivianos que viajava num caminhão — "Você é brasileiro, não é? Pra que querem tirar tantas fotos de nossa gente?", me perguntou o mais velho deles, meio agressivamente. "Fotografam nossa miséria para depois colocarem em suas paredes como adorno!". A princípio não sabia o que responder. Enquanto isso o resto do grupo acompanhava a discussão, sem interferir, em meio a goladas de "chinchá" (uma aguardente fortíssima feita a base de milho) — a única forma de combater o frio intenso — e dentadas nos "chocolos" (milhos de grão incredivelmente grandes) que me pareciam deliciosos. "Eu já estive no Brasil", continuava o mesmo homem, "e o que vocês tem mais do que nós? Talvez algumas indústrias, mais gente rica, mas têm também muita miséria. Eu via as favelas de São Paulo! É muito pobreza".

Depois de muito esforço de minha parte aceitei minhas ponderações e acabaram me oferecendo a "chinchá" ("homeim macho tem que beber até o fim!") e os saborosos "chocolos" de grãos gigantesco, (não sem antes, em tom de brincadeiras, afirmarem que o milho que aqui comemos, lá comem as galinhas).

Em Cochabamba, nos armamos contra o frio que já aumentava bastante em virtude da altitude (2.600 metros). Ponchos, suéteres, luvas, gorros, etc. (adquiridos nos mercados indígenas pelos melhores preços da Bolívia) foram mais que necessários para agasalhar os desprevidos "tupiniquins".

Neste ponto da viagem, o grupo do "Trem da Morte" começava a se dispersar. Uns seguiram direto para La Paz, outros para o sul em direção a Argentina, e nós dois decidimos conhecer o famoso (na Bolívia) Carnaval de Ouro.

"La fiesta folclórica más grande y brillante del continente", segundo os bolivianos, atrai gente de toda parte do país. São milhares de dançarinos, que carregando fantasias de até 50 quilos, ricamente adornadas, pulam sem parar pelas ladeiras da cidade, em direção ao Santurário da "Virgem del Socavón", padroeira dos mineiros e em cuja homenagem se realizam as festividades.

O desfile de luxo e riqueza para um povo de escassos recursos econômicos vem convertendo o Carnaval de Ouro em forte motivo de controvérsias. "Não estamos em crise — me disse um assistente — quando se trata de honrar uma vez, mais, a Virgem Morena del Socavón".

Talvez por temer a reação de uma gente

diretamente ligada à exploração do estanho (os mineiros sempre se constituíram no principal foco de conturbação política e social na Bolívia) e bastante arraigada a seus preceitos religiosos, que o governo boliviano permite a realização dos festejos em Oruro e em cidades congêneres.

O presidente, Hugo Banzer encontra-se pessoalmente empenhado em uma intensa campanha para extinguir o Carnaval na Bolívia, pelo menos nas grandes cidades. As autoridades alegam desperdício de tempo, de dinheiro, bebedeiras que terminam em orgias, acidentes, mortes, etc., tudo muito custoso à tarefa de recuperação econômica do país.

Entretanto, por trás disso existe uma injunção política bem mais concreta.

A negociação de uma saída para o mar com o governo chileno (questão de honra para o povo boliviano) é de vital importância, para o refortalecimento do apelo popular (ultimamente um pouco abalado) de que tanto necessita Banzer.

Ao passo que o encontro com o General Pinochet, na reunião de Charan, realizava-se num dia de Carnaval, a história conta que, por ironia ou coincidência, era justamente enquanto seu presidente festejavam o Carnaval, que a Bolívia foi perdendo partes de seu território (hoje reduzido a menos da metade com que foi criada) para seus "vizinhos aproveitadores".

Se os vizinhos se lhe parecem um tanto hostis e gananciosos não deixam os bolivianos de terem suas razões. A única área costeira do país foi perdida para o Chile na Guerra do Pacífico (ao final século passado); em 1903, depois de conflitos com seringueiros brasileiros acaba de ceder a região onde hoje é o Estado do Acre (que, segundo os bolivianos, teria sido trocada por um cavalo branco muito do agrado do seu presidente na época); na década de 30 a descoberta de petróleo na região de Santa Cruz trouxe a guerra do Chaco com o Paraguai, em que a Bolívia perde quase toda a área disputada.

Com a economia baseada praticamente na exposição de um único produto, o estanho: o país parece não encontrar a tranquilidade necessária para resolver todos esses problemas.

Com a ascensão do General Hugo Banzer ao poder em 1971, voltaram as boas relações com os Estados Unidos e ultimamente o Brasil tem sido um dos grandes investidores de capitais.

Durante toda a viagem nos questionamos e nos questionavam sobre o papel do Brasil no contexto latino-americano. Seríamos de fato, e apenas (como afirmam alguns dos nossos vizinhos) cabeça-de-ponete do capitalismo internacional? Ou, ao contrário, procuram eles, enquanto vêm o Brasil rapidamente se industrializar e se modernizar, nos reduzir a esta mínima condição. Na tentativa de justificar seus próprios erros?

Talvez a coisa se esclareça se registrarmos dois fatos.

Em La Paz, percebemos de vez o que queriam dizer os bolivianos com (invasão brasileira). Brasileiros por todos os cantos, andando aos bandos como sempre, e com um desejo incoerente de comprar ("¿Cuanto és? ¿Cuanto és?") tudo aquilo que consideravam exótico e exótico (a América Latina é exótica? A Bolívia é exótica?). Talvez pouca preocupação com a cultura, língua e costumes bolivianos.

Nestas mesmas ruas onde facilmente se ouvia o português (brasileiros que iam e vinham do Peru) assistimos a uma discussão significativa. Os personagens: de um lado um alourado brasileiro e de outro alguns bolivianos.

A posição boliviana era uma só e os argumentos diversos: o Brasil seria uma incrustação do capitalismo internacional, e mais especificamente do ("imperialismo moiaqui") pouco se identificando com o resto da América Latina. A princípio o brasileiro quis discutir, mas à média que os argumentos foram sendo jogados, ia aceitando-os, terminando por se desculpar: "Mas eu não tenho culpa de ter nascido na América Latina".

Recolhemos nossas trouxas e experiências, e muita disposição, e resolvemos fazer o resto da viagem sozinho (antes só do que em grupos...). Próximo destino: Peru.

George Leal Diab

Brasília tem um novo e perigoso inquilino: escorpiões

Muito pouca gente sabe, mas nas cercanias do Distrito Federal e propriamente do Plano Piloto existe uma espécie de escorpião considerada potencialmente perigosa (no sentido de causar incômodos e até morte às pessoas picadas) e se coloca na quarta posição quanto à ordem de periculosidade.

Este fato está registrado no levantamento que o bolsista do CNPO, Wilson Roberto Lourenço, está fazendo há cinco anos no cerrado do Planalto Central (trabalho iniciado ainda como aluno do Departamento de Biologia Animal da Universidade de Brasília) sobre a vida dos aracnídeos, principalmente no grupo dos escorpiões.

A espécie detectada por Wilson Roberto é classificada pelo nome de *TITYUS TRIVITTATUS CHARREYRONI*; e foram capturados cerca de três mil animais, desde 1970. Outras duas espécies foram localizadas, mas em quantidade irrisória. A proporção guardada nesta amostra indica que a frequência do *TRIVITTATUS CHARREYRONI* é de 95% da população escorpiônica. Dentre elas somente está última foi considerada potencialmente perigosa, o que equivale dizer que, testes bioquímicos realizados com amostras



Tityus trinitatus charreyroni

do veneno, do animal demonstraram teor de toxidez suficiente para causar intoxicação e morte às pessoas.

Um dos fatos que chama a atenção para a espécie encontrada é exatamente a alta frequência na população, que determina a sua periculosidade se se pensar em termos do que se chama problema escorpiônico — o registro de ataques malignos destes animais não é de elevada frequência. Felizmente, segundo as pesquisas de Wilson em hospitais e postos de pronto-socorro, apenas dois casos foram registrados no DF, todos eles sem causar às vítimas algo mais que forte dor no local da picada.

Se a alta frequência pode indicar que este é o seu HABITAT preferido e, portanto, causar certa apreensão, este fato, por outro lado, traz uma grande tranquilidade: segundo nos garante o estudo dos escorpiões não corremos o risco de encontrar por aqui o *TITYUS SERRULATUS*, espécie encontrada em Minas Gerais, principalmente em Belo Horizonte (houve época em que foi alvo de campanha de exterminio), e que é, comprovadamente a mais perigosa do Brasil. Pesquisas do Instituto Butantã indicam que dentre as pessoas picadas pelos *SER-*

RULATUS, registra-se a morte em 2% dos acidentes com adultos, 20% com crianças com menos de quatro anos e 10% com crianças entre 5 e 7 anos.

A razão de se poder afirmar isto é que estas duas espécies são incompatíveis ecológicamente. As condicionantes que tornam o cerrado do DF um "habitat" ideal para o *TRIVITTATUS*, o tornam inabitável para o *SERRULATUS*.

Com este trabalho Wilson objetiva conhecer detalhadamente os aspectos biológicos da vida desta espécie: o tipo de abrigo, o comportamento alimentar, a auto-ecologia, ciclo vital, problema escorpiônico, etc. Um dos aspectos interessantes a ser detectado é se ela tem elevado grau de domiciliação: quanto mais domiciliar for o animal, mas se eleva a possibilidade de ataques a seres humanos. Outro aspecto de vital importância é que não existe ainda um soro próprio para esta espécie de escorpião. Caso se identifique a sua domiciliação e sua periculosidade efetiva e não apenas potencial, todos estes dados serão importantes para captura, fabricação do soro e mesmo combate do *TITYUS TRIVITTATUS CHARREYRONI*.

Renato Cruz Silva

Mistério: a redução do ferro (e cobre) levado no sangue

É o que deseja saber o professor P. G. David, PhD em Química Analítica e Inorgânica da UnB, que atualmente pesquisa a REDUÇÃO dos compostos de ferro e de cobre, através de processos fotoquímicos.

O ferro 3 (Fe^{++}) participando da estrutura da hemoglobina, aglutina partículas de oxigênio (O_2) no pulmão e as transporta, pelo sangue, até as células. Lá, é REDUZIDO por ação biológica a ferro 2 (Fe^{+}), depois de liberar o oxigênio, que é essencial às atividades celulares.

Na pesquisa científica é hábito utilizar-se analogias para se chegar à solução de um problema. É o que faz o professor: depois de conhecido detalhadamente o fenômeno da REDUÇÃO do ferro e do cobre (ambos são metais) por ação fotoquímica procura estabelecer uma relação entre esta redução e o transporte de oxigênio.

Conhecido isto, não significa que estará desvendado todo o mistério do comportamento do ferro no sangue, mas seguramente se terá dado mais um passo para sua solução.

Renato Cruz Silva

Primos se casam e a natureza age

Que população é mais adaptada a seleção natural que se processa numa região como o Nordeste? a Branca? Negra? Índia? Ou Mestiça? A questão não pertence a um contexto racista, mas sim a um interesse científico dos geneticistas para saber realmente que tipo de "pool" genético está mais apto a sobreviver a seleção natural.

A população escolhida para o estudo é constituída por migrantes nordestinos, oriundos do norte de Minas e Bahia, e considerada, dentro do ponto de vista genético, rural e primitiva: baixa condição sócio-econômica, alta fertilidade, alta mortalidade, e em quem o efeito da seleção natural é mais visível que nas populações urbanas consideradas modernas.

Interessa particularmente a dinâmica genética desta população, ou seja, com que frequência, por força da seleção natural há troca de genes entre estas populações propiciando indivíduos mais, ou menos, aptos à sobrevivência.

Um fato conhecido é que esta população é tri-híbrida. Compõe sua carga genética 60% da raça branca, 30% de índio e 10% de negro. Comparando esta população com uma branca, ou negra, ou ainda índia, todas puras, poderá se conhecer quem é mais apto seletivamente: o branco, o negro, o índio, ou o combinado dos três na proporção

encontrada. Poderá se identificar como funciona e com que intensidade, a seleção natural age em cada população.

A relação de consanguinidade (casamentos entre parentes próximos — primos, tios e sobrinhos) com parâmetros demográficos (nível social, alfabetização, raça, distribuição de grupos sanguíneos, regiões, etc) é outro fato interessante e que poderá ser determinado nesta pesquisa.

O casamento entre parentes, ou indivíduos de mesma herança genética, ou ainda ENDOCRUZAMENTO aumenta a proporção de elementos HOMÓZIGOTOS, ou seja, com pares de cromossomos iguais, e portanto, com cargas genéticas iguais na população. A recessividade de alguns genes permite que em HETEROZIGOSE (par de cromossomos diferente) estas pessoas sejam normais, mas quando em HOMÓZIGOSE estes genes recessivos participam de um mesmo cromossomo, eles podem ser deletérios e até mortais para o indivíduo.

Portanto, a consanguinidade pode ser um fator negativo frente à seleção natural, pois contribui para a eliminação da determinada população. Al existem várias perguntas a ser respondidas: o que determina por exemplo a alta frequência de casamentos consanguíneos. Nível social? Estrutura da sociedade? Raça? Alfabetização? Ou todos estes e mais outros fatores somados?

Este trabalho está sendo realizado pela equipe de professores do curso de Genética Básica do Departamento de Biologia Animal da UnB — Herinque Krieger, Pedro Acero Cabello, Felizardo Penalba da Silva e Calógeras Antonio Albergaria Barbosa — e com a colaboração dos alunos que fazem estágios no laboratório de genética.

A renovação da TV brasileira?

A televisão brasileira passará a ser encarada como um serviço prestado à audiência, com uma programação que deverá estar de acordo com o gosto e as necessidades do público. Só assim o poder público poderá demonstrar eficiência, enquanto administrador de televisão. Haverá, ao que tudo indica, uma remodelação na estrutura dos meios de comunicação.

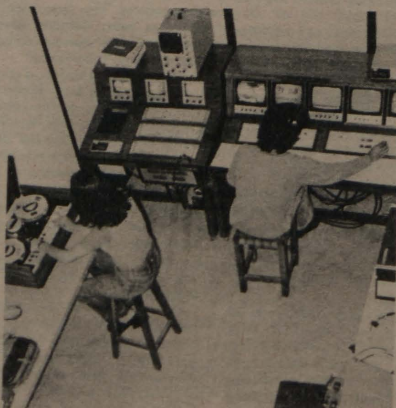
Essa idéia é uma das sugestões levantadas em um recente projeto elaborado por um grupo de professores dos departamentos de Comunicação e Educação da Universidade de Brasília. Este deverá ser mais um documento base para a criação do novo Código Brasileiro de Telecomunicações. O ministro das Comunicações, Euclides Quandt de Oliveira está tentando equacionar as inúmeras falhas dos meios de comunicação com uma nova legislação, tarefa dificultada pela complexidade de certos problemas a serem regulados.

Já está prevista a criação de dois órgãos governamentais, a Radiobrás e a Rede Nacional de Televisão, substituindo assim as experiências isoladas por uma estrutura que funcionará como sistema, dando o máximo de utilização àquilo que já existe e colocando as emissoras onde não as houver. Pretende-se também melhorar o nível da programação das emissoras governamentais, para que funcionem como padrão de qualidade para o setor privado. Pois a televisão comercial, com todas as suas falhas, ainda é o sistema mais eficiente.

Deverá também ser dada condições de efetuar pesquisas que levem a um conhecimento mais completo e profundo da audiência, o gosto e as necessidades do público. Por que o conhecimento que se tem hoje no Brasil a respeito do comportamento da audiência se limita a restritos índices de audiência de determinados programas, faixa de idade, programas mais assistidos, etc. É um conhecimento quantitativo e não qualitativo. Isso leva quase sempre à conclusões falsas à cerca do gosto do público.

Quanto à programação, pretende-se uma divisão entre programas originados nas emissoras geradoras do sistema e programas comunitários por cada sistema, a partir de um sistema padrão. Garantindo a unidade ao mesmo tempo que será dada inteira liberdade para que as emissoras produzam seus próprios programas; incentivando assim a criatividade de todos, acabando com o costume de receber tudo pronto dos grandes centros, evitando a desnacionalização e a perda de tradições culturais e alterações de valores.

Norma Emídio Rosa



A cura do mal de Chagas?

A pesquisa de novos métodos de síntese pode parecer repetição do já feito exaustivamente, mas tem importância fundamental no desenvolvimento da ciência. Principalmente na Química Orgânica, onde por processos diferentes pode-se obter maior percentual de aproveitamento do composto na síntese e até mesmo maior eficiência em sua ação, seja ela biológica ou física, com pequenas variações na sua estrutura.

É o caso de um grupo de macrolídeos sintetizados por novos processos no laboratório de Química Orgânica. Os macrolídeos são produtos naturais com ação antibiótica. No desenvolvimento da síntese de vários derivados (pela mudança do anel de 9 a 16 membros em sua estrutura química) verificou-se que a classe tem certa atividade biológica, teste feito no laboratório de Microbiologia e Imunologia. Foram sintetizados cerca de 50 derivados dos macrolídeos e testados em bateria de protozoários (*Leptomonas* pessoais),

fungos (*Candida albicans*) e bactérias (*Staphylococcus aureus*, *Escherichia coli*, e *Bacillus megaterium*).

Cerca de 60% dos compostos apresentaram atividades contra um ou outro dos microorganismos. O fato constitui surpresa para os professores da Química e da Biologia envolvidos na pesquisa. Principalmente porque alguns dos compostos testados apresentaram IN VITRO (em condições especiais de laboratório) atividade contra o protozoário *LEPTONOMA PES-SOAI*, responsável pela doença de Chagas. Agora estão sendo feitos os testes IN NATURA.

Os pesquisadores fazem questão de frisar que o fato em si é surpreendente, mas não significa dizer que já se descobriu o remédio para o mal de Chagas. Como afirmam, "deu-se mais um passo no longo caminho da ciência".

A síntese dos compostos foi feita pelos professores Jaswant Ray Mahajan, Geraldo Alberto Luzes Ferreira, Hugo Clemente e Bárbara Jardim Nunes. Os testes biológicos ficaram a cargo dos professores Isaac Roitman, Lúzia S. Corrêa e João Batista Calixto.

Renato Cruz Silva

Representação estudantil



- Melhor do que nada (aluno de Arquitetura)
- Só serve para tomar o tempo da gente (de Física)
- É o órgão que defende os interesses do estudante (de Química)
- Foi proibida depois da Revolução e agora voltou (de Matemática)
- É uma sala lá do Departamento (de Comunicação)
- Não sei (de Línguas)
- É o movimento estudantil (de Engenharia Elétrica)

Ivan Sérgio de Almeida Santos
Antonio de Pádua F. Gurgel
Glória Maria Pinheiro

São sete curtos depoimentos colhidos nas filas de votação. Mas seguramente refletem o nível de informação sobre o papel da Representação Estudantil de grande parte dos 7.430 alunos da Universidade de Brasília — mais de 90 por cento do total de matriculados que escolheram, no dia 25 de abril, seus 31 colegas responsáveis pela delicada missão de sintonizar, nos próximos 12 meses, a crescente movimentação em favor da dinamização da atividade acadêmica com o objetivo legal de "cooperar com a administração e os corpos docente e técnico-administrativo na condução dos trabalhos universitários" (parágrafo único do art. 142 do Estatuto e Regime Legal da UnB).

De pronto, os programas das chapas eleitas — pela primeira vez discutidos, elaborados e apresentados com antecedência — revelam que as metas estabelecidas pelos novos representantes vão além dos desambíguos limites de atuação sugeridos na letra oficial. Esses documentos em sua maioria, enfatizam a necessidade de procurar soluções para problemas "imediatos e específicos", desde "o precário estado de higiene do 'bandeirão' até 'burocracia asfixiante', passando pelos 'currículos obsoletos e professores

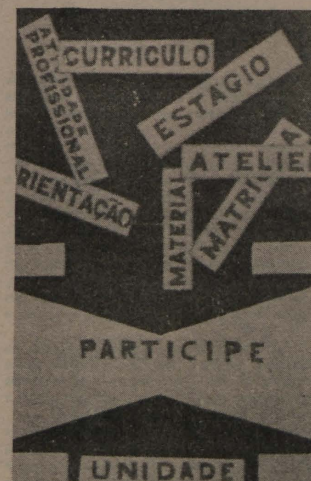
deficientes". E em nome da sobrevivência da renascente atividade acadêmica apresentam uma proposta comum: utilizar integralmente a Representação como veículo autorizado de expressão e organização dos estudantes, visando a constituição de um órgão "mais abrangente e independente", o Diretório Universitário.

IMOBILISMO

Instituídas em 1970, após a dissolução dos Diretórios Acadêmicos, as Representações foram sempre criticadas pelo caráter imobilista de que se revestiram, restrito ao assessoramento das chefias de Departamento e divorciado dos interesses da comunidade estudantil. A partir do início do ano passado, talvez em decorrência de alguns pronunciamentos animadores do Ministro da Educação, Ney Braga, e do anúncio do programa de distensão política patrocinado pelo Governo, correntes de alunos interessados em participar de forma mais ativa da vida universitária, mas que até então rejeitavam a Representação, sentiram-se estimuladas a organizar reuniões, debates, seminários, conferências, boletins, jornais murais e exposições em seus Departamentos.

Com o desenvolvimento dos trabalhos, emergiu a necessidade de coordenar as atividades das representações, concretizada na criação de um Conselho Provisório de Representantes, onde foi lançada a semente do Diretório Universitário. Embora duas Assembléias Gerais tenham sido realizadas, com significativo comparecimento de alunos, e o exposto objetivo de discutir e aprovar um anteprojeto para o DU, esse documento mereceu restrições por parte da Reitoria, sobretudo no que diz respeito à autonomia financeira (a direção da UnB propõe que as despesas do Diretório sejam obrigatoriamente submetidas à sua referência), e política do novo órgão (as autoridades universitárias argumentam que só podem reconhecer uma Assembléia Geral como tal se dela participarem pelo menos seis mil alunos em primeira chamada e três mil em segunda). As negociações, interrompidas durante as férias de verão, foram recentemente retomadas, mas ainda não apresentaram resultados concretos.

"1974, um ano de sinais", proclamam alguns programas de chapa. Mesmo assim, o trabalho das Representações, exceto em dois ou três departamentos não conseguiu sensibilizar os estudantes no ano que passou. Os representantes creditam a falta de participação



à desinformação quase generalizada dos verdadeiros objetivos do órgão, reofendida pelo propalado clima de apatia que invadiu o Campus nos últimos tempos.

ELEIÇÕES

As eleições de representantes estudantis de 1975 porém, prenunciam uma intensificação da atividade acadêmica, através de maiores participação da classe, a a solidificação das Representações como veículos autênticos de discussão e reinvidicação dos alunos. Além do expressivo comparecimento às urnas, foi significativo o fato de que apenas dois — Língua Portuguesa e Línguas Clássicas — dos 33 Departamentos deixaram de apresentar candidatos, tendo sido registrados animadores casos de disputa entre duas ou mais chapas, fato inédito até este ano.

Nesse sentido, o próprio decano de Assuntos Comunitários da UnB, Raimundo Santana, comentou que as eleições transcorreram num "clima excelente, sem tumulto, mais sem desinteresse, como nos anos anteriores, hoje visto as sucessivas reuniões realizadas nos Departamentos, para debate do assunto e os programas apresentados previamente por todos os concorrentes".

O índice de participação superou 90%:

7 mil alunos votaram

Até 1969, cada faculdade (departamento) tinha seu diretório acadêmico, com sede e patrimônio próprio, dispondo de verbas regulares conseguidas com a confecção de identidades estudantis. As atribuições de cada diretório eram promover o interrelacionamento dos alunos, incentivar a desenvolver promoções culturais e servir de intermediário entre a administração da universidade e o corpo discente. Geralmente as sedes desses órgãos tinham tabuleiros de dama e xadrez, mesas de ping-pong, pequenas bibliotecas, mimeógrafo, máquinas de escrever, etc.

Como ponto de reunião dos estudantes, os diretórios eram o canal imediato e natural para onde convergiam as discussões sobre a conjuntura educacional e política e serviram de base organizatória para manifestações que denunciavam principalmente a repressão e a crescente transformação da universidade em celeiros de técnicos para grandes empresas.

Essas manifestações começaram a obter repercussão inócuas para as autoridades responsáveis por aquele estado de coisas, que, incapazes de se defender com argumentos, aumentaram o grau de repressão culminando com a morte de vários estudantes e o fechamento dos diretórios.

O objetivo principal do fechamento dos diretórios era dificultar as aglomerações, evitando assim que os estudantes conversassem sobre seus problemas comuns, sendo esquecido que os motivos geradores da insatisfação geral, perduravam até cresceram.

Em 1969, depois da decretação do Ato Institucional no. 5, foi assinado o Decreto-Lei 477, que impedia (e impede) qualquer tipo de manifestação estudantil. Os problemas continuavam, só que era vedado falar neles.

Foi dada ênfase absoluta dos cursos de natureza técnica, enquanto as ciências humanas careciam cada vez mais de assistência. Paralelamente, continuaram em vigor os mecanismos da repressão.

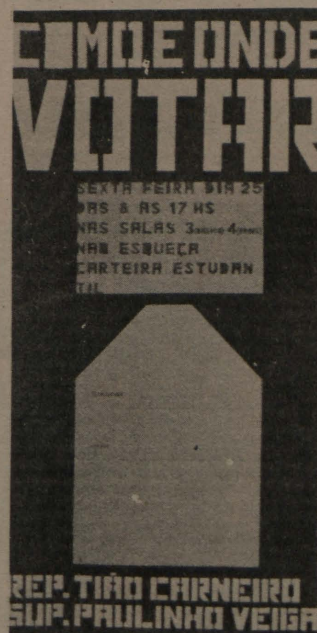
No entanto ninguém falava nada. Começou-se a dizer que sem diretórios não havia bagunça, que estava todo mundo estudando em ordem, que havia calma e tranquilidade nas universidades. Era necessário, entretanto, pelo menos do ponto de vista formal, que houvesse entidades estudantis. (Da mesma forma que permaneceu o arcabouço democrático, ainda que desativado).

Foram criadas as Representações Estudantis, previamente definidas como de atribuição meramente formal e de auxílio às tarefas

administrativas da Universidade, impossibilitadas de apontar erros e de discordar da orientação da Reitoria. Portanto foi concedida a liberdade de concordar, a Representação foi transformada em assessoria.

Acontece apenas que a grande maioria do corpo discente recusou-se a participar desse esquema (na verdade as Representações representavam mais a Reitoria do que os alunos). Gerou-se o fenômeno denominado apatia. Assim é que, até 1974, as representações eram virtualmente ignoradas pela maior parte dos estudantes. Com a intenção declarada pelo Governo de promover a distensão política, começaram a renascer o interesse e a participação dos alunos nas representações.

No momento em que padres, deputados, senadores e intelectuais proclamam a necessidade de a juventude participar ativamente na vida do País, as representações estudantis, mesmo com as atribuições bastante diminuídas, procuram se fortalecer e partir para a criação de um Diretório Universitário, que promova uma participação real dos estudantes na condução dos assuntos universitários, realize atividades culturais e defenda os interesses do corpo discente.



Representação estudantil

Coordenadas pelo Conselho Provisório de Representantes, as Representações estudantis da UnB proclamam como seu objetivo central "defender o direito de participação do estudante em todos os assuntos que lhe dizem respeito, através de um Diretório Universitário que centralize a sua representação e permita a sua atuação em todos os níveis de vida do País". Queixam-se os representantes do "constante boicote e desestímulo da Universidade de Brasília", às suas tentativas de organização. Acusam a direção da Universidade de assumir posições contraditórias, pois, "aparentemente" estimula, mas toma, ao mesmo tempo, atitude de desencorajamento e intimidação, como:

"Declaração de um suposto ilegalidade do Conselho Provisório de Representantes, sob a alegação de que as funções dos representantes seriam meramente técnicas e administrativas, e tentativas de negar seu direito à reunião.

A colocação de entraves burocráticos à criação de jornais murais nos departamentos, e retirada clandestina dos boletins, notícias e recortes sobre o andamento de nossas atividades, notícias estas afixadas sob responsabilidade da representação estudantil.

Retenção do Boletim no. 4 do Conselho da gráfica do Instituto de Ciências Exatas e a proibição velada de impressão dos boletins dentro da Universidade".

Sobre o problema de violação dos murais, o Decano de Assuntos Comunitários, professor Raimundo Santana, disse ignorar quem retira os artigos dos murais, salientando que "não é a segurança a responsável por isso". No entanto, as depredações têm ocorrido durante a noite, quando pouquíssimas pessoas — entre elas os agentes de defesa do patrimônio — têm a chave dos departamentos.

Os membros do Conselho Provisório afirmam que sua luta não é fundada na paixão ou na anarquia: "é fundada no progresso que buscamos através da universidade, exigindo que se coloque nosso ensino a serviço da população: que nos formemos Arquitetos para projetar conjuntos populares, e não para construir palacetes aos quais o povo não tem acesso; médicos para combater as doenças de massa e não para vender medicina a quem puder pagar; químicos, físicos e engenheiros para desenvolver uma tecnologia e pesquisa nacionais. Não queremos, enfim, ver nosso conhecimento vendido como mercadoria, mas sim, posto a serviço do povo brasileiro. E por isto queremos opinar. Exigimos apenas o nosso legítimo direito de liberdade de organização e expressão, constante da Declaração Universal dos Direitos Humanos".

DESINFORMAÇÃO E DESINTERESSE

Por outro lado, observa-se uma desinformação muito grande entre os alunos e

mesmo um certo desinteresse em relação às representações.

Denise Portela Rosa, do Departamento de Desenho, não sabe quem é o seu representante atual e nem o anterior. Para ela, "a principal atribuição da RE é fazer com que haja gente nossa influenciando nas atividades estudantis".

Bernardo de Oliveira, do Departamento de Economia, acredita que o desinteresse é provocado pelas limitações à participação, como a exigência de que candidatos tenha MGA mínimo de 3,6 e que pertençam ao ciclo profissional. Eustáquio Ribeiro Boaventura, eleito para a Representação Estudantil do Departamento de Direito, concorda e argumenta que o aluno do ciclo profissional é muito mais culpado, "a participação deveria ser aberta a todos os alunos regularmente matriculados". No Departamento de Direito, segundo disse, a principal luta será motivar os alunos, procurando induzi-los a cooperar no desenvolvimento das atividades da Representação. Vê como fatores de integração a frequência ao Centro Desportivo, a utilização do restaurante "bandeirão" e as promoções culturais realizadas no campus. Sobre a dificuldade de encontrar alunos que queiram se candidatar a representante, Hegler Barbosa, representante anterior, explicou que na área de Direito sempre houve candidatos, mesmo no tempo em que os outros departamentos não apresentavam nenhum. Declarou que teve um bom relacionamento com o chefe de seu departamento e que procurou seguir sempre as normas que regulam a representação.

PÁPEL DE REPRESENTANTE

Os representantes da economia e da sociologia enfatizam a tentativa levada a cabo neste último ano, no sentido de mudar o conceito de representação para um âmbito mais geral, de equipe, exigindo uma participação maior dos alunos, agindo de maneira integrada. "Não existe mais o caráter pessoal e individual da representação — asseguram — e estão sendo criadas comissões de assessoria ao Representante".

Todos propõem uma integração maior dos alunos em torno da representação, com a eleição de representante por turma que sirva de ligação efetiva entre a representação e o corpo discente, mas reclamam da falta de acesso ao material dos departamentos, o que virtualmente impede a impressão de boletins e comunicados. Para a Representação de Sociologia e História, essas dificuldades se agravaram ainda mais com a transferência de sua sala para um depósito, pois a administração da Universidade, alegando a necessidade de salas de aula, evacuou a antiga sede. O representante anterior da Economia, Robson Mendes, declarou ter observado que os cursos oferecidos na Universidade estão muito aquém do desejado, não se podendo discutir o currículo de cada curso. "Conversando com

ELEIÇÕES

alguns alunos, senti que eles viam na representação um veículo de reivindicação dos seus direitos". Segundo ele, "já há uma eleição mais participada, onde cada departamento apresenta um programa de trabalho, o que antes não existia. Isso tudo já é reflexo de algum trabalho desenvolvido pelas representações". O representante da Engenharia Elétrica, Benedito Medeiros Neto, se queixa de que a participação dos alunos nos Conselhos Departamentais de Tecnologia é muito reduzida. Declarou sentir-se marginalizado nessas reuniões. "Existem variáveis que interferem e que deviam ser

levadas em consideração. Primeiro porque os assuntos tratados geralmente não são do conhecimento do aluno. Em decorrência disso o representante é considerado visitante, e mesmo que ele seja consultado sua opinião tem pouco valor no processo decisório". Propõe que os alunos devem ter conhecimento prévio dos assuntos a serem discutidos e que devem ser divulgadas as regras que regem a administração do departamento. Para ele, é importante que se discutam as atribuições reais do representante, em sua opinião mais um catalizador que um solucionador de problemas.

25 DE ABRIL REPRESENTANTES ELEITOS

INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS

Departamento de Física :
Departamento de Geociências:
Departamento de Matemática:
Departamento de Química :
Departamento de Estatística:

Pitágoras Silva Galiza
Jorge Marques de T. Camargo
Maria Beatriz A. de Almeida
Júlio Gregório Filho
Felipe Pullen Parente

INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Departamento de Biologia Celular:
Departamento de Biologia Vegetal:
Departamento de Biologia Animal:
Departamento de Psicologia:

Gonçalo Teixeira Nunes
Paulo Venâncio de Lima
Bráulio Ferreira de Souza Dias
Rita Célia Brambila

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Departamento de Ciências Sociais:
Departamento de Economia:
Departamento de Geografia e História:

Bruno Bormann Zero
José Humberto F. Rodrigues
Álvaro Antonio B. da Silva

INSTITUTO DE LETRAS

Departamento de Língua Portuguesa:
Departamento de Literatura:
Departamento de Línguas Clássicas e Modernas:

Não apresentou candidato
Eldimar Guida de Miranda
Não apresentou candidato

INSTITUTO DE ARTES

Departamento de Arquitetura e Urbanismo:
Departamento de Música:
Departamento de Desenho

Sebastião Alves Carneiro
Edgar Luiz Eichler
Maria Cecília Fittipaldi

FACULDADE DE TECNOLOGIA

Departamento de Engenharia Agrônômica:
Departamento de Engenharia Civil:
Departamento de Engenharia Elétrica:
Departamento de Engenharia Mecânica:

Lourival Vilela
João Lúcio Guersoni Resende
Hércules Lobo de Souza
Olavo Assis Peixoto

FACULDADE DE CIÊNCIAS DE SAÚDE

Departamento de Medicina Complementar:
Departamento de Medicina Especializada:
Departamento de Medicina Geral e Comunitária:
Departamento de Educação Física:

Carlos Geraldo Megale
Sílvia Carlos Duarte
Heleny de Oliveira Pena
Nivaldo de Oliveira

FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS

Departamento de Administração:
Departamento de Biblioteconomia:
Departamento de Comunicação:
Departamento de Direito:

José Carlos Uihôa Fonseca
Antonio Gomes da Silva
David Emrich
Eustáquio Ribeiro Boaventura

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Departamento de Teoria e Fundamento:
Departamento de Planejamento e Administração:
Departamento de Métodos e Técnicas:

Flora Rios Mendes
Neuzi Coutinho dos Santos
Angela Maria Galdino de Freitas



Gilberto
Salaminho:
escolha ou
imposição?



Lúcia Farias Ferreira

Brasília foi planejada para todos sem diferenciações, sem distinções sociais, sem qualquer tipo de segregações. Entretanto esta idéia parou só no planejamento, a própria escolha do local de diversão reflete esta verdade. Assim, em oposição ao Gilberto Salaminho, no Setor de Mensões os usuários dos bares da 404/5 norte criaram irônica e o Gilberto Salaminho. Enquanto o primeiro se vangloria de ser frequentado pela classe elitizada de Brasília, o segundo se mantém da frequência da camada universitária. O que leva o aluno da UnB procurar este centro comercial? A proximidade geográfica com o Campus? O atendimento carinhoso que a ele é dispensado? O baixo custo dos serviços prestados? Ou a certeza de encontrar os colegas de universidade?

Carminha, aluna de Biblioteconomia, assídua frequentadora do "Zebriinha" (no Gilberto Salaminho) desde 73, assim justificou sua escolha pelo barzinho: "é possível que o agrupamento inicial se tenha dado pela proximidade com a Universidade. Hoje, porém, a motivação transcende a esta condição. Não existe em Brasília melhor lugar para se discutir e bater-papo com os amigos. A descontração de todo o pessoal que frequenta o "Zebriinha", para mim, é o fato mais positivo para a fixação dos frequentadores. Outro aspecto importante para o estudante, quase sempre "duro" é a tolerância que existe frente às contas "penduradas". Lá a gente bebe quanto quer e paga quando puder."

Todas as pessoas ouvidas foram unânimes em declarar que o movimento do Gilberto Salaminho se fundamenta na oportunidade de encontro e, conseqüentemente, discussões. Nas rodas de bate-papo, tanto é possível ouvir a mais nova piada como considerações sérias

Lazer que a UnB não oferece?

sobre o panorama nacional em todos os aspectos. Rubinho, da Sociologia, diz que frequenta o Gilberto Salaminho porque "lá não cheira à classe média. Os pequenos burgueses embonecados nos fins-de-semana preferem curtir a Asa Sul ou o Centro Comercial Gilberto Salaminho. A idéia do Salaminho como um Centro de Desenvolvimento do Senso Crítico pega bem".

É tão grande a vinculação entre Universidade e Gilberto Salaminho, que o centro perderia todo o seu movimento se acaso o Campus mudasse de local. É dona Penha, chamada carinhosamente de "tia Zebra", proprietária do Zebriinha quem afirma: "meu bar só é frequentado pelos meus meninos". D. Penha chega mesmo a ser uma figura alegórica, gorda, matrona, extrovertida. Realmente se torna muito fácil identificá-la como a tia de verdade deixada na terra da gente. Paraibana, "mulher menos macho do que fêmea" ela tem uma maneira toda envolvente de tratar os "seus meninos". Para os novatos seu primeiro bate-papo gira em torno de suas "labutas desde a Paraíba até aqui."

A estrutura de planejamento e urbanização de Brasília desarticula o contato entre as pessoas que aqui vivem. A fixação de um ponto de encontro entre estudantes universitários fez do Gilberto Salaminho o local escolhido. Para uns frequentadores substitui a praça da Igreja de sua terra natal, para outros supre uma deficiência da Universidade — a falta de um Diretório Central, onde se programassem encontros e reuniões nos fins-de-semana. Isto se torna uma necessidade urgente se levarmos em conta que Brasília oferece poucas condições de lazer para as camadas que não dispõem de grandes recursos financeiros.

Demolição
dos
alojamentos:
mais um
problema
da UnB

Dária Maria



Estudantes preocupadas com ordem de despejo

As moças que residem no Alojamento Feminino da Universidade de Brasília estão esperando por uma ordem de despejo a qualquer momento. Em julho de 1974, elas receberam um memorando do DAC (Departamento de Assuntos Comunitários) comunicando que deveriam deixar o alojamento, porém sem a fixação de um prazo. O motivo também não foi explicado na época, mas, segundo informações de Rosa Silva (chefe do DAC), sabe-se que o alojamento feminino será demolido, ainda este ano, para dar espaço à Faculdade de Tecnologia, já em construção.

Talvez isso justifique o estado de abandono em que se encontra o local: muitas de capim crescem livremente à frente das casinhas, esgotos vasando, pintura já não existe, assim como não há mais vigilantes guardando a área.

Desde quando foi enviado o memorando, a saída das moças do alojamento vem sendo feita paulatinamente, à medida em que elas vão concluindo seus cursos, pois suas vagas não são ocupadas por novas estudantes. Para as que estão em vias de se formarem, a ameaça de despejo não se constitui em problema sério. Entretanto, a preocupação maior fica com aquelas que estão iniciando seus cursos, que necessitam de um local de moradia e que não podem pagar por ele. Para estas, a UnB "pensa" em construir novas moradias, até o momento, não existe data nem local assegurados.

O Alojamento Feminino foi construído em 1965, inicialmente com o nome de Alojamento

Provisório de Estudantes e destinado a atender aos estudantes masculinos que comprovassem a necessidade de residência gratuita.

Em 1972, os rapazes foram transferidos para o Centro Desportivo da Universidade, onde dois blocos de alojamentos oferecem melhores condições de habitação. O Alojamento Provisório de Estudantes passou então a ser ocupado pelas moças, que até então, residiam nos blocos da Colina, de onde também foram desalojadas pela própria UnB. A partir daí, não se aceitavam novas inscrições para vagas no Alojamento, em respeito ao seu caráter provisório.

Tanto quando era ocupado pelos rapazes, como quando passou a ser ocupado pelas moças, o Alojamento Provisório de Estudantes servia também de ponto de encontro para um grande número de pessoas, que ali se reuniam, conversavam e cantavam, naturalmente procurando uma maneira de afastar o tédio.

Agora não há mais guardas, o lugar está abandonado pois deverá ser demolido, embora muitas estudantes necessitem de alojamento, mesmo sem guardas, mesmo em completo abandono. Mas a Universidade não aceita novas inscrições e, enquanto isso, as vagas surgidas vão sendo ocupadas por funcionários da própria UnB, que também estão preocupados, pois, mudando-se das casinhas, não encontrarão as mesmas facilidades, uma vez que ali eles não pagam aluguel, luz e água, além de estarem perto do local de trabalho.

Quantos são
os alunos
estrangeiros
na UnB?

Auréli Jacques Batista

Dos 500 pedidos de ingresso chegados à Diretoria de Assuntos Acadêmicos até abril, mais de 50 pertencem a estudantes estrangeiros que, obrigados ou de livre escolha, pleiteiam entrada em algum curso oferecido pela UnB. As informações foram dadas pela Chefe da Seção de Transferência Recebidas, Irena Moraes, que reclama do atraso da maioria dos pedidos, explicando: "estamos há quase dois meses do início das aulas e continuamos chegando pedidos de ingresso para o primeiro semestre. Não é possível atendê-los, fica tudo para o 2º semestre". Os cursos de Letras, Direito, Administração e Arquitetura são os mais procurados.

COMO E POR QUE VIERAM

Sharam Khoramshahi, 20 anos, iraniano, diz: "para mim não foi difícil chegar aqui. Juntei algum dinheiro, comprei passagem de boeing. Estudava música numa Universidade de Teerã e sempre desejei conhecer "in loco" a música de outros países, entre eles o Brasil. Daqui pretendo ir para a Europa ou África, sempre com o objetivo de conhecer a música dos países visitados."

Alfredo Luna Serrano, secretário da Embaixada do Equador, confessa que não tinha interesse específico pelo Brasil, foi admitido no Corpo Diplomático de seu país, serviu em Lima e agora pretende concluir o curso de Direito na UnB. Confessa ainda que não está satisfeito com a DAA e diz: "desde janeiro entreguei documentos, fui admitido, mas até agora não consegui matrícula em disciplinas. Fui informado de que não mais conseguirei matérias para este semestre." Ele está fazendo Português II, para estrangeiros, foi dispensado do I porque já fala português razoavelmente bem.

Monsieur Holland, engenheiro de telecomunicações, é francês, trabalha para as Nações Unidas e se encontra no Brasil a serviço do Ministério das Comunicações. Na UnB faz Português I para estrangeiros. Depois pretende fazer o curso de Literatura Brasileira.

O ingresso na UnB parece ter sido muito fácil para todos, nem mesmo o iraniano Sharam Khoramshahi que veio de um país que não mantém acordo cultural com o Brasil, encontrou dificuldades para ser admitido no curso de música. A maioria das vezes os estudantes estrangeiros são dispensados do exame vestibular, ou por pertencerem ao corpo diplomático de qualquer país ou por proceder de países com os quais o Brasil mantém convênio cultural. No primeiro caso, o aluno envia pedido de matrícula à Embaixada de seu país no Brasil, esta remete pedido ao Itamaraty que por sua vez mantém contato com a Universidade para acertar a admissão ou transferência do aluno. Este tipo de pedidos é conhecido por "matrícula de cortesia".

Para a Diretoria de Assuntos Comunitários, estudantes estrangeiros regularmente matriculados estão colocados para efeito de assistência social, no mesmo nível de estudantes brasileiros, desde que comprovem carência de recursos. De acordo com informações de Rosa Ferreira da Silva, a DAC oferece bolsas, estágios e alojamentos. Até agora, prossegue, "apenas estudantes bolivianos e peruanos estão sendo beneficiados".

A UnB, através do Instituto de Letras, oferece a cada semestre um curso de Português para estrangeiros e o único requisito para ser admitido é ser estrangeiro. O curso é dividido em dois níveis I e II, composto cada um de 8 unidades. No primeiro curso, oferecido em 1972, o comparecimento foi normal, a partir do segundo, o número de alunos foi aumentado, chegando no semestre passado a 33 alunos, seguindo a professora Teresa Carmelita Souto. Este ano, diz ela: estamos com quase 20 alunos da Bolívia, Panamá, Chile, Porto Rico, França, Estados Unidos, Bulgária, Japão, Bengala, Costa do Marfim, Suíça.

O falso
equilíbrio
do tripé
universitário

Maria Luiza Grangeiro

Atividades de extensão, Pesquisa e Ensino são o tripé sobre o qual se acham englobadas as atividades da UnB, que, através de seu estatuto se incumbem de: a) administrar ensino em grau superior, formando especialistas; b) realizar pesquisas e estimular atividades criadoras nas ciências, nas letras e nas artes; c) estender o ensino e a pesquisa à comunidade, mediante cursos ou serviços especiais.

No entanto, as atividades da Universidade de Brasília estão mais desenvolvidas no que toca aos cursos de graduação, ficando as atividades de extensão e pesquisa para um segundo plano, o que faz com que o decano Marco Antônio Dias, considere as atividades da UnB, um "tripé manco". Diz ele: "na UnB as pesquisas ainda são pouco desenvolvidas e os programas de extensão limitam-se a um número reduzido, em comparação com as atividades de graduação."

As atividades de extensão tem por objetivo o público "extra-campus". A comunidade virá à Universidade em busca de algo mais a conhecer, saber e se especializar. Desta forma, a UnB, estará sempre em contato com a comunidade e poderá, muitas vezes, através de determinadas experiências, melhorar ou completar as atividades de graduação, tornando-as mais de acordo com a realidade presente.

Dificuldades de ordem material e também problemas de "mentalidade de alguns" que consideram a Universidade como um centro de alto saber, detendo permanecer numa redoma, são para o decano de extensão, os maiores obstáculos encontrados no momento para que a UnB possa desempenhar o seu papel na comunidade. Mas apesar dos problemas atuais, o professor Marco Antônio afirma que já podem ser vistos alguns resultados dentro da programação de extensão, tais como cursos, congressos, seminários, dentre os quais ressaltou o de Jornalismo em Brasília e o de Publicidade e Propaganda realizados pelo Departamento de Comunicação, no ano passado.

Nas atividades de prestação de serviços, também o Departamento de Comunicação contribui com a Câmara de Extensão, ao elaborar um projeto de sistema nacional de Rádio e TV e ainda a campanha publicitária visando o aumento da arrecadação no Distrito Federal. O Departamento de Arquitetura também vem participando, com outros departamentos, das atividades de extensão.

No campo das promoções culturais, a Câmara de Extensão tem proporcionado concertos, através do Departamento de Música, quando se apresentam os diferentes grupos musicais da UnB. Atualmente, estes concertos passaram a ser realizados nas noites de quinta-feira e não mais nas manhãs de sábado, uma vez que foram extintas as aulas nestes dias. Exposições de artistas nacionais e ainda mostras com a co-participação de embaixadas estrangeiras, vem sendo realizadas pela Câmara de Extensão.

Finalmente, o decano Marco Antônio Dias citou as atividades do "campus avançado" no médio Araguaia, em colaboração com o Projeto Rondon, como mais uma das atividades de extensão da UnB.

Com relação a criação de cine-clubes, não se constituem eles como atividades da Câmara de Extensão, e sim ao decanato de assuntos universitários, enfatizou o professor Marco Antônio. "A parte cultural da câmara, só cuida das atividades que ultrapassem os limites do campus", concluiu.

O Curso de Relações Internacionais surgiu através das atividades de extensão e, de acordo, com as previsões do Decano de Extensão, deverão surgir ainda outros, especialmente aqueles que digam respeito às necessidades da comunidade. Quanto à remuneração obtida através destes cursos, tais como o de arte que vem sendo ministrado duas vezes por semana na Biblioteca, e outros, são insignificantes em relação ao seu verdadeiro custo e a maioria deles se limita apenas a uma pequena taxa.

Novo restaurante: eficiência é uma incógnita

Paterson Pereira

Depois de funcionar quase treze anos num barracão de madeira, onde as palavras higiene e conforto eram praticamente desconhecidas, o restaurante da Universidade de Brasília ganhou casa nova e já vem funcionando, há dois meses, em imponente edifício de quatro andares — que a irreverência dos alunos já o apelidou de Palácio da Fome — e cuja eficiência, daqui para a frente, é ponto de interrogação até mesmo para as pessoas que o administram.

Inúmeros pontos negativos já foram observados no novo restaurante pelos seus usuários, muitos dos quais insistem em afirmar que o que mudou foi apenas a fachada, mas "substância" continua a mesma do velho restaurante. Esses pontos negativos também já foram observados pela administração do restaurante (que não participou da elaboração do projeto, tendo apenas encaminhado alguns dados) e, segundo Nancy de Pila Montebelo, chefe do restaurante, esses pontos de estrangulamento só serão eliminados com o passar do tempo. "Nós vamos observar o restaurante durante um ano, afirmou Nancy de Pila, para ir acertando os pontos negativos — mas os alunos têm de compreender que o restaurante também tem suas limitações naturais."

Com uma média de atendimento diário de 3.200 pessoas (2.400 no almoço e 800 no jantar), durante os dias da semana, funcionando em prédio novo e com equipamentos novos, é natural que fossem surgindo alguns pontos de estrangulamento — tanto por defeitos imprevisíveis, como pela falta de experiência do pessoal — já que, como a própria chefe assinala, "nós nunca trabalhamos com um restaurante deste tamanho. Apesar de parecer pequeno, este restaurante é muito grande, pois tem seis refeitórios — dois por andar — e, por isso, nós até admirávamos se não houvesse nenhum defeito". Entre esses "defeitos", alguns mesmo já eram previstos durante a construção. Um deles, foi com relação à copa de lavagem das bandejas, cujo equipamento funciona com vapor que vem das caldeiras. Como a área é muito pequena e há pouca ventilação, os funcionários trabalham lá em ambiente muito quente e úmido. Mas a administração já está providenciando a colocação de exaustores.

Outros pontos negativos que também já foram observados pela administração do restaurante — e que são objetos de muitas críticas dos usuários — se referem à comida. Os alunos, principalmente, reclamam que a comida (especialmente o bife) quando não acaba — e demora a voltar a ser servida — vem completamente fria. A explicação dada pela chefe do restaurante para o fato de acabar a comida ou vir fria é apenas uma: o restaurante possui uma cozinha no quarto andar e seis refeitórios nos andares inferiores, para onde a comida desce através de quatro monta-pratos (pequenos elevadores). Como esses monta-pratos são

QUANTIDADE PADRÃO PARA UM "ADULTO NORMAL"

Carne bovina	200 gramas
Carne suína	300 gramas
Peixe	150 gramas
Frango	350 gramas
Lingüiça	120 gramas
Fígado	200 gramas
Arroz	100 gramas
Feijão	50 gramas
Frutas	150 gramas
Doce	100 gramas
Pão	30 gramas
Leite	200 gramas
Café	3 gramas
Vegetais A (até 10% de carboidratos)	30 a 50 g
Vegetais B (até 20% de carboidratos)	150 gramas
Vegetais C (acima de 20% de carboidratos)	150 g

Tabela fornecida pela Administração do Restaurante da UnB

equipamentos novos, apresentam alguns problemas, fazendo com que a comida fique esperando na cozinha para descer.

"Desde que o restaurante começou a funcionar, afirmou Nancy de Pila, nós nunca tivemos os quatro monta-pratos funcionando ao mesmo tempo — e já chegamos a tê-los todos com defeito". Por isso, quando a comida chega aos refeitórios, o banho-maria onde é conservada sua quentura não é suficiente para reaquecê-la. Para evitar o problema da comida fria, estão pensando em modificar o cardápio para não oferecer muitas comidas quentes ao mesmo tempo.

Mas a maior reclamação dos alunos é quanto à qualidade e quantidade da comida. Alguns acham até que, apesar de estar funcionando em prédio novo, a qualidade da comida não melhorou em nada. Dizem os alunos que o bife continua "a mesma sola de sempre, duro, frio e sem tempero; a feijoada não tem carne e nem feijão: é só água; melancia quase todos os dias; o pão já não estão dando mais; bacalhau sem bacalhau; e, como se não bastasse, ainda temos de tolerar um "psodurismo", pois as funcionárias põem uma miséria de comida na bandeja". Disseram alguns dos usuários que, por várias vezes, comeram apenas banana amassada com arroz, ou com feijão.

A chefe do restaurante afirmou que a qualidade da comida melhorou muito depois que o restaurante começou a funcionar em prédio novo. Quanto ao racionamento, ela explica que existe um padrão alimentar fornecido aos usuários. "Cada usuário do restaurante, afirmou Nancy de Pila, recebe uma quantidade padronizada, com 1.300 calorias por refeição (2.600 no almoço e jantar), considerada ideal para um adulto normal (a FAO considera como ideal 2.400 calorias). Depois, se o usuário quiser mais, ele poderá repetir até toda a bandeja. O que acontece é que o pessoal da UnB tem hábito de pegar comida em demasia e deixar grande quantidade na bandeja. Nós já chegamos a ter 1.000 quilos de lavagem para 2.000 refeições servidas, o que significa meio quilo de sobra por bandeja fornecido. Com o novo sistema, a lavagem diária caiu em mais de 50 por cento, pois, atualmente, nunca temos mais de 400 quilos de sobra."

Outro aspecto que tem sido duramente criticado pelos alunos, especialmente por alguns de arquitetura, é quanto à concepção arquitetônica do restaurante. A maioria das críticas se refere à pouca funcionalidade do prédio — pois há pouco espaço para as filas, que, em hora de muito movimento, descem as rampas e, em alguns casos, chegam a se misturar. Mas todos são unânimes em afirmar que a luminosidade do restaurante não poderia ser melhor. A própria chefe é de opinião que o restaurante da UnB — projetado pelo professor José Galbriks, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo — "é diferente de tudo o que se conhece em termos de restaurante". Segundo ela, a ideia de

se colocar a cozinha minuto (onde são feitas as frituras) ao lado do local de fornecimento das bandejas é excelente, "mas tudo tem que estar funcionando perfeitamente". Um dia, lembra Nancy, uma enorme fumaceira invadiu os refeitórios: é que os exaustores estavam funcionando ao contrário.

Mas, a opinião de Nancy de Pila é que, apesar da aparência de Palácio, o restaurante é sóbrio e simples: "apenas vidro e concreto". Os refeitórios, por serem pequenos, dão mais intimidade às pessoas, "o que não ocorreria se fosse um salão só e mais amplo, pois massificaria muito mais as pessoas".

Nancy de Pila Montebelo destaca ainda que o restaurante da UnB ficou muito bem localizado, pois está em área central. Mas ele estava previsto para ser construído na Praça Maior, à frente do ICC, ao lado da Biblioteca. Lá, o restaurante deveria fazer parte de um Centro de vivência, onde os alunos, além de se alimentarem, teriam um local de lazer. Mas o projeto foi modificado, talvez por causa do tamanho, já que o Centro de Vivência deveria ser um prédio enorme, o qual, ao lado da Biblioteca e da Reitoria, tiraria toda a visão do ICC. O Centro de Vivência, por sua vez, foi transformado em Centro Comunitário, cuja área de construção ainda não foi estabelecida. Mas a DAC, segundo Nancy Montebelo, já observou que o restaurante é um ponto de encontro — "o único da UnB" — e, por isso, está se empenhando na criação de um Centro de Lazer ao lado do restaurante. "A ideia inicial, acrescentou a chefe do restaurante, é aproveitar os mini-centros de lazer que já funcionam na Faunb e no Clube dos servidores."

Outras modificações prometidas pela chefe do restaurante — e que já estão sendo providenciadas — se referem à instalação de painéis para a colocação de avisos, bem como o cardápio do dia. Estão pensando ainda na colocação de caixinhas de sugestões, ao lado das caixas registradoras, pois, segundo Nancy Montebelo, freqüentemente surgem pessoas oferecendo boas sugestões. Também já está sendo providenciada a instalação de mais guarda-volumes, pois os atuais, em número de 400, estão sendo insuficientes. Serão instaladas ainda mais duas caixas registradoras, já que as duas atualmente existentes são os maiores pontos de estrangulamento — e objeto freqüente de críticas dos alunos e funcionários.

Mas a maior reclamação dos alunos está relacionada com o preço, que muitos acham excessivo. "Enquanto o preço sobe, afirmaram alguns alunos, a quantidade da comida desce." Muitos alunos reclamam que, recebendo um auxílio muito pequeno de seus pais, gastam quase todo o dinheiro em alimentação, "pouco sobrando para um cineminha ou um chope de vez em quando".

Segundo a chefe do restaurante, a UnB fez uma estimativa de custos, que indicou o preço médio por bandeja de 13,50 cruzeiros. "Como a bandeja é vendida por 4,50 cruzeiros (para alunos e funcionários de nível até escriturário), afirmou Nancy, significa que a universidade está subsidiando 75 por cento do preço final, enquanto que no restaurante velho o subsídio era de menos de 60 por cento."

Entretanto, muitos alunos não concordam com essa explicação, pois um PF (prato feito), que contém quase a mesma quantidade de um bandeja, é vendido em qualquer lugar por seis ou sete cruzeiros. Uma refeição comercial não custa mais do que 12 cruzeiros. Por isso, argumentam os alunos que "o bandeja não poderia custar para a UnB 13,50 cruzeiros, ainda mais sabendo-se que a matéria prima é comprada em grandes quantidades e, consequentemente, por um preço muito mais baixo".

A diferença entre o custo da bandeja e a receita obtida, segundo Nancy de Pila, é coberta por uma dotação anual da universidade, que, para este ano, é de nove milhões de cruzeiros. Em dias de movimento normal, segundo a chefe do restaurante, o custo somente com a fabricação da comida gira em torno de 25 a 30 mil cruzeiros, enquanto que a receita é de menos de 15 mil cruzeiros.

Eslareceu ainda Nancy Montebelo que não se pode fazer um cálculo da média de atendimento, pois, no restaurante velho, muitas pessoas não iam por falta de conforto e, no restaurante novo, muitos vão apenas para

conhecê-lo. Até o final do ano, o período servirá apenas como medida, "mas já se sabe que a freqüência aumentou em aproximadamente 10 por cento. A capacidade do restaurante é de 6.500 refeições por turno (13.00 por dia), mas, por enquanto, estão sendo servidas apenas 3.200 por dia, 400 a mais do que no restaurante velho. Mas não se sabe se a dinâmica do restaurante poderá conter o número máximo de usuários. "Em certos aspectos, assinala Nancy, o restaurante tem condições de atender a esse número: por exemplo, a cozinha, que é bastante ampla. Nós não sabemos se quanto à funcionalidade."

Do mesmo modo, ainda não se tem ideia de quando começará a funcionar o salão de alacarte. "Na verdade, acrescentou a chefe do restaurante, nós nem sabemos se aquele salão vai funcionar para alacarte ou para algum serviço simples, pois não sabemos a aceitação dos usuários. Isso só será definido com o tempo."

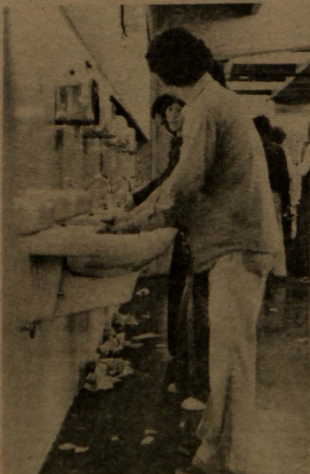
O restaurante da Universidade de Brasília, com 6.800 metros de área construída, possui 150 funcionários (o velho tinha apenas 75) havendo, entre eles, uma nutricionista e três técnicos em Economia Doméstica, que fazem o controle da qualidade e da sanidade dos alimentos, orientam o preparo e organizam os cardápios. Os equipamentos novos instalados — os de cozinha, de refrigeração, elevadores, monta-pratos e geradores — custaram à universidade mais de um milhão e 500 mil cruzeiros.



E as filas continuam...

E, embora haja poucos funcionários para atender ao grande número de usuários, e apesar do alto valor dos equipamentos, a administração dos restaurantes não pretende fazer nenhuma campanha junto aos usuários, para evitar o mau uso do restaurante. "Isso, afirmou Nancy Montebelo, é um problema de educação de cada um. Nós já fizemos muitas campanhas no restaurante velho e nenhuma deu certo. Cada um deve perceber que, se ele próprio não cuidar da limpeza do restaurante (carregando as bandejas, por exemplo) estará prejudicando um colega que vem atrás. Além disso, é importante a boa manutenção do restaurante, pois, diariamente nós recebemos visitas de pessoas que vêm de fora para conhecer a universidade e é muito importante que essas pessoas vejam a limpeza do restaurante."

A única coisa que Nancy Montebelo pede aos usuários, através do Campus, é que eles compreendam que o restaurante da UnB destina-se apenas a servir alunos e funcionários — "por isso a universidade tem o direito de exigir que todos apresentem suas identificações (estudantis ou funcionais) na entrada dos refeitórios". Segundo ela, todos os dias são fornecidas 200 a 300 autorizações para refeições sem identificação, "porque os usuários esqueceram de trazer a carteira". "A Universidade de Brasília, finalizou Nancy, não é uma instituição de amparo social — e, por isso, todos devem fazer um esforço para vir todos os dias com as carteiras de identificação."



Campanha de Educação ou maior número de lixeiras?